

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	23
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	28
4.5 - Processos sigilosos relevantes	29
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	30
4.7 - Outras contingências relevantes	31

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	32
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	33
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	34
5.3 - Descrição dos controles internos	35
5.4 - Alterações significativas	45
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	46
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	47
6.3 - Breve histórico	48
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	49
6.6 - Outras informações relevantes	50
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	51
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	52
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	53
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	62
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	63
7.8 - Políticas socioambientais	64
7.9 - Outras informações relevantes	65
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	67
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	68
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	69

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	70
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	74
9.2 - Outras informações relevantes	75
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	76
10.2 - Resultado operacional e financeiro	83
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	86
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	88
10.5 - Políticas contábeis críticas	89
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	91
10.8 - Plano de Negócios	92
10.9 - Outros fatores com influência relevante	94
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	95
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	96
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	97
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	102
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	103
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	104
12.7/8 - Composição dos comitês	112

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	113
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	114
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	115
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	116
12.13 - Outras informações relevantes	117

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	118
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	130
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	131
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	132
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	133
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	134
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	135
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	136
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	137
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	138
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	139
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	140
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	141
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	142
13.16 - Outras informações relevantes	143

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	144
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	145
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	146
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	149
14.5 - Outras informações relevantes	150
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	151
15.3 - Distribuição de capital	160
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	161
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	162
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	163
15.7 - Principais operações societárias	164
15.8 - Outras informações relevantes	165
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	166
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	167
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	172
16.4 - Outras informações relevantes	173
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	174
17.2 - Aumentos do capital social	175
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	176
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	177
17.5 - Outras informações relevantes	178
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	179

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	180
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	181
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	182
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	183
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	184
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	185
18.8 - Títulos emitidos no exterior	186
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	187
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	188
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	189
18.12 - Outras informações relevantes	190

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	191
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	192
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	194

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	195
20.2 - Outras informações relevantes	196

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	197
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	198
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	200
21.4 - Outras informações relevantes	201

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Bruno Armbrust

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jorge Henrique da Silva Baeta

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que: a. reviram o formulário de referência; b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Declaração do Diretor Presidente:

Bruno Armbrust, brasileiro, casado, arquiteto, portador da cédula de identidade 83-1-03220-1 expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 676.200.607-82, com escritório na Av. Presidente Vargas, nº 1001, salas 701, 801 e 901, Centro, Rio de Janeiro/RJ, eleito ao cargo de Diretor Presidente na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21.03.2016 com prazo de mandato pelo período de 01 (um) ano, declaro que reví o Formulário de Referência. Assim, atesto que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2016.



BRUNO ARMBRUST

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que: a. reviram o formulário de referência; b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Declaração do Diretor de Relações com Investidores:

Jorge Henrique da Silva Baeta, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 04.730.157-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 551.773.957-15, com escritório na Av. Presidente Vargas, nº 1001, salas 701, 801 e 901, Centro, Rio de Janeiro/RJ, eleito ao cargo de Diretor de Relações com Investidores na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21.03.2016, com prazo de mandato pelo período de 01 (um) ano, declaro que revi o Formulário de Referência. Assim, atesto que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2016.



JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.3. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que: a. reviram o formulário de referência; b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores:

As declarações das informações constantes do item 1.1, do Anexo nº 24 – Conteúdo do Formulário de referência, da Instrução Normativa nº 480/2009 foram prestadas pelo Diretor Presidente da Companhia e pelo Diretor de Relações com investidores, respectivamente nos itens 1.1 e 1.2, conforme organização das fichas de preenchimento dispostas no sistema de envio do documento empresa.net, destacando-se que os mencionados cargos não são exercidos cumulativamente por uma só pessoa.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	20/04/2007 a 23/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007 face à necessidade decorrente do rodízio.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	20/04/2007 a 31/12/2010	998.676.997-34	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326116, Fax (021) 32326112, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com
Maria Salette Garcia Pinheiro	01/01/2011 a 23/03/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326083, Fax (021) 32326591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	567-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Performance Auditoria e Consultoria S/S
CPF/CNPJ	41.968.512/0001-23
Período de prestação de serviço	01/04/2012 a 16/04/2015
Descrição do serviço contratado	Serviço de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 159.734,45 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor desde 01/04/2012
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve qualquer discordância sendo mantido o auditor desde o início de sua prestação do serviço em 01/04/2012.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Renato Andrade Mendonça	01/04/2012 a 16/04/2015	083.901.935-15	Av. Tancredo Neves nº 1632, Torre Sul CJ 1301, Caminho das árvores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 31134530, Fax (71) 311345000, e-mail: renato.medonca@performanceonline.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	29/04/2015
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor externo entre os anos 2015 e 2016, apenas foi verificada a substituição do responsável técnico, em razão de rodízio interno efetuado pelo auditor externo.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	01/01/2016	998.676.997-34	Rua do Russel, 804, 7 andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (21) 32326112, Fax (21) 32326113, e-mail: claudia.eliza@pwc.com
Maria Salete Garcia Pinheiro	29/04/2015 a 31/12/2015	299.484.367-68	Av. Jose da Silva de Azevedo Neto, 200, Evolution, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-056, Telefone (21) 32326169, Fax (21) 32326113, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

2. Auditores Independentes

2.3. Outras informações relevantes.

Não houve substituição do auditor independente em 2011 ou nos três exercícios anteriores, sendo o auditor independente a PricewaterhouseCoopers, pelo período de 2007 a 2011.

Em 23/03/2012, em razão do rodízio legal mandatário, ocorreu a substituição da PricewaterhouseCoopers com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.

Em cumprimento da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou ao mercado a respeito da substituição e, a informação também foi prestada ao Conselho Fiscal, que, em reunião realizada no dia 10/05/2012 verificou o correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão. Conforme determina a Lei 11.638/2011 e a Instrução Normativa da CVM nº 381/2003, a Companhia informou também em seu Relatório Anual da Administração, referente ao Exercício findo em 2014, a respeito do contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil mantido com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S.

Cumprido o prazo legal mínimo obrigatório previsto para o rodízio do serviço de auditoria externa, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 28/04/2015, foi aprovada a troca do auditor Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S pela PricewaterhouseCoopers, que voltou a prestar serviços exclusivamente de auditoria externa contábil para a Companhia.

Cumpra esclarecer que o auditor externo PricewaterhouseCoopers, durante o cumprimento do período mínimo previsto para o rodízio legal obrigatório para companhias de capital aberto, nos anos de 01/04/2012 a 16/04/2015, permaneceu responsável pela realização do serviço de auditoria externa do grupo Gás Natural Fenosa – controlador da CEG – e das demais empresas controladas pelo grupo no Brasil. Desta forma, a contratação da PricewaterhouseCoopers tem o objetivo de manter apenas um único auditor externo realizando os serviços de auditoria das empresas do grupo no Brasil.

Assim, a PricewaterhouseCoopers voltou a prestar serviços de auditoria externa para a Companhia a partir de 29/04/2015.

No dia 08/05/2015, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou ao mercado a respeito da substituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 28/04/2015.

A informação também foi prestada aos Conselheiros Fiscais da Companhia, no dia 30/04/2015, para verificação do correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 29 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM.

O auditor externo PricewaterhouseCoopers, inscrito no CNPJ sob o nº 61.562.112/0002-01, mudou do endereço sito à Av. Jose da Silva de Azevedo Neto, 200 – Torre Evolution IV, - 2º andar, Rio de Janeiro, RJ, para o endereço Rua do Russel, nº 804, Glória, Rio de Janeiro, RJ, e é inscrito no CRC 2SP000160/0-5"FRJ, possui Código CVM nº 00287-9.

Em Janeiro de 2016, a responsável técnica Maria Salete Garcia Pinheiro inscrita no CPF nº 299.484.367-68 e no CRC/RJ nº 1RJ048568/0-7 foi substituída por Claudia Eliza Medeiros de Miranda, inscrita no CPF nº 998.676.997-34 e no CRC/RJ nº 2SP000160/O-5"FRJ.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	1.073.910.298,33	943.805.310,29	951.724.343,70
Ativo Total	2.750.059.650,50	2.515.968.723,88	2.146.315.115,83
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.728.091.430,32	3.524.104.284,07	3.117.739.079,82
Resultado Bruto	927.184.279,24	940.107.766,63	950.984.436,16
Resultado Líquido	284.392.021,28	320.928.231,70	341.257.529,02
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	259.625.526	51.925.105.325	51.925.105.325
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,020681	0,018175	0,018300
Resultado Básico por Ação	0,005477	0,006180	0,006572

3.2 - Medições não contábeis

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Comissão de Valores Mobiliários editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas LAJIDA (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do LAJIDA (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios.

Assim, o LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$626.192 mil do ano de 2015 manteve-se praticamente em linha com o resultado obtido em 2014, apresentando uma pequena redução inferior a 1% frente a ano anterior, apesar da crise econômica atravessada em 2015.

LAJIDA	2015	2014	Variação(R\$)	Variação (%)
Lajida	626.191.505,87	630.805.056,67	-4.613.550,80	-0,73%
Lucro líquido do exercício	284.392.021,28	320.928.231,70	-36.536.210,42	-11,38%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	131.807.843,69	151.415.416,67	-19.607.572,98	-12,95%
Resultado Financeiro	101.419.256,34	59.162.257,04	42.256.999,30	71,43%
Depreciação e amortização	108.572.384,56	99.299.151,26	9.273.233,30	9,34%

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e dos impostos, a utilização do LAJIDA (Ebitda) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária e com o Estatuto da Companhia, são constituídas reservas de capital e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

A Companhia não possui outras reservas reguladas em estatuto além das reservas obrigatórias previstas na legislação.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 não houve retenção de lucros, sendo distribuídos 100% (cem por cento) do lucro do exercício após as deduções legais. Em 2014 o *payout* correspondeu a 50% do resultado e em 2015 correspondeu a 30% do resultado, sendo aprovados os respectivos Orçamentos de Capital relativos a cada ano, que justificaram a retenção de lucros.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente. Em 2012 o pagamento dos dividendos foi efetuado em parcela única no mês de julho de 2012. A partir de 2013, o pagamento dos dividendos passou a ser parcelado em duas vezes, sendo efetuado o pagamento da primeira parcela sempre no mês de Julho de cada ano no qual é aprovado e da segunda parcela sempre no mês de Dezembro de cada ano no qual é aprovado.

O pagamento de juros sobre o capital próprio também é aprovados anualmente, sempre em AGE realizada no mês de Dezembro de cada ano, e é efetuado sempre em parcela única no mês de Julho de cada ano subsequente à sua aprovação, o que vem ocorrendo desde 2011.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Visando facilitar a compreensão, destacamos as informações na tabela a seguir:

	2015	2014	2013
a. Regras sobre retenção de lucros	Conforme Lei nº 6.404/76, não havendo disposição estatutária diversa.		
a.i. Valores das Retenções de Lucros (R\$)	203.340.295,21	180.488.459,00	486.863,47
b. Regras sobre distribuição de dividendos	É assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, não havendo disposição estatutária diversa, sendo imputado aos dividendos os JCP conforme Lei 9.249/95.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há	Não há	Não há

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	284.392.021,28	320.928.231,70	340.770.665,55
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,000000	50,000000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,264819	0,340036	0,358568
Dividendo distribuído total	81.051.726,07	160.439.772,70	340.770.665,55
Lucro líquido retido	203.340.295,21	160.488.459,01	486.863,47
Data da aprovação da retenção	27/04/2016	28/04/2015	30/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	45.452.445,25	26/07/2016	36.356.079,26	30/07/2015	36.343.907,67	31/07/2014
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	17.799.640,41	26/07/2016	62.041.846,72	30/07/2015	304.426.757,88	31/07/2014
Ordinária	17.799.640,41	20/12/2016				
Ordinária			62.041.846,72	18/12/2015		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.6 Informar se, nos 03 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos 03 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	0,00	Outros índices	0,43574908	Método utilizado para calcular este índice: Dívida financeira / (Dívida financeira + Patrimônio Líquido) * 100 = XX. 43,57% Motivo de utilização deste índice: mostra a participação do capital de terceiros no financiamento total (capital próprio + capital de terceiros)

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Quirografárias		26.971.399,48	38.719.026,06	0,00	0,00	65.690.425,54
Empréstimo	Quirografárias		306.863.618,50	287.931.177,51	217.094.679,67	0,00	811.889.475,68
Total			333.835.017,98	326.650.203,57	217.094.679,67	0,00	877.579.901,22
Observação							
As informações prestadas neste item se referem apenas às demonstrações financeiras individuais, tendo em vista que a Companhia não possui demonstrações financeiras consolidadas.							

3.9 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

Nas Demonstrações Financeiras de encerramento do exercício findo em 31.12.2014 foram descritas as seguintes informações adicionais, que não as alteram, mas julgamos importante destacar:

No dia 16 de junho de 2014 a Gas Natural Fenosa, controladora da CEG, e a CEMIG divulgaram para os mercados onde negociam seus papéis, fato relevante comunicando sobre uma negociação realizada diretamente entre ambas as empresas. De acordo com o comunicado da Gas Natural Fenosa:

- A Gas Natural Fenosa e a CEMIG firmaram um acordo para potencializar o desenvolvimento da rede de distribuição de gás natural no Brasil. Em razão deste acordo condicionado, ambas as empresas concentrarão, durante os próximos meses, esforços para constituir uma holding de distribuição de gás natural no Brasil e empreender possíveis novos investimentos. A holding terá um acordo de acionistas e terá participação majoritária da Gás Natural Fenosa;
- A possível constituição da Holding não representará um impacto significativo nas contas da Gás Natural Fenosa a curto prazo e nem no controle de suas distribuidoras no Rio de Janeiro e São Paulo;
- O acordo ainda será submetido, no devido momento, às correspondentes autorizações regulatórias e administrativas das autoridades pertinentes.

No dia 17/06/2014 a Bovespa solicitou à CEG informações acerca de notícia publicada no Jornal Valor econômico sobre tal negociação. E assim, no dia 18/06/2014, prazo concedido para a resposta, a CEG informou que teve conhecimento do comunicado realizado pela Gas Natural Fenosa na Espanha, que o acordo, ainda não concluído, não refletiria impactos no controle ou estrutura administrativa da Companhia e, que, caso seja comunicada de seu envolvimento, informará tempestivamente ao mercado em cumprimento a legislação vigente e em atendimento aos princípios que norteiam a Governança Corporativa.

Em continuação à informação acima destacada, a Companhia ressalta que não foi comunicada de seu eventual envolvimento na negociação acima descrita e, teve conhecimento que, embora as negociações tenham sido prorrogadas e estendidas por período de tempo alongado, determinadas condições precedentes ao mencionado acordo não chegaram a ser cumpridas, razão pela qual o mesmo não chegou a ser concluído, não sendo criada a mencionada holding.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apoio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica para análise mensal das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades;
- (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural Fenosa adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 30 países em todo mundo, onde oferece serviços a cerca de 23 milhões de clientes dos cinco continentes. As ações da Gas Natural Fenosa são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural Fenosa, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,21% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de 16 (dezesesseis) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

e. a seus fornecedores

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal.

f. a seus clientes

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita às eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, cujos reflexos vêm sendo seguidos nos anos seguintes, e novamente verificada ao longo de 2015, atingindo a economia nacional com a redução da atividade produtiva em todo o país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo, podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras entre 2009 e 2012, que culminaram na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

j. a questões sócio ambientais

A realização de obras pela Companhia para extensão da rede de gasodutos ou para sua manutenção é precedida de autorizações dos órgãos ambientais de regulação estadual e/ou municipais, que fiscalizam a atuação da Companhia, a qual também é fiscalizada pela Agência Reguladora Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Desta forma, o cumprimento das regras e exigências impostas pelos órgãos reguladores mitiga eventuais riscos relacionados às questões ambientais.

Além disso, a Companhia possui interesse e atenção com questões sócio ambientais que estão melhores descritas no item 7.5 deste Formulário e Referência e no seu Informe de Responsabilidade de Corporativa que é divulgado na sua página da internet, no link:

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conheca-nos/a+companhia/reputacao+corporativa/publicacoes+e+informes/1297132725109/brasil.html>

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de Risco

4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A gestão dos riscos financeiros da Companhia é descrita na Nota Explicativa 4.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme destacamos no item 5 a seguir deste Formulário de Referência.

Fatores de Risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial: O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 5.2 a seguir deste Formulário de Referência. Em 31 de dezembro de 2015, e na presente data, **não** há empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada após 30 dias de atraso no pagamento da fatura para clientes residenciais e comerciais e após 10 dias de atraso para clientes industriais. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não se observam riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	357.617	401.551	306.253
Contas a pagar - assunção de dívida	1.179	-	-
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar - assunção de dívida	12.138	1.011	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 820.939, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras. A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2015, indicava uma taxa mediana da Selic em 15,38%. A TJLP estimada é de 7,5%, cenário provável para o ano de 2016.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2015 - %	14,14	14,14	14,14
Dívida líquida - bancos	759.488	759.488	759.488
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2015 - %	15,27	19,09	22,91
Despesa financeira	8.582	37.576	66.569
IR E CS	2.918	12.776	22.633
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	5.664	24.800	43.936

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/12/2015 - %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida - BNDES	61.451	61.451	61.451
Taxa TJLP estimada em 31/12/2015 - %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira	307	1.459	2.612
IR E CS	104	496	888
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	203	963	1.724

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Fatores de Risco - Ações Trabalhistas de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$)	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

(1) Possível; provável; remoto

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$)	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	347.421.697,83	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	57.573.872,48	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	20.987,13	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.128.571,12	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	3.481.174,27	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	14.395.189,06	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	11.390.600,12	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	11.390.600,12

(1) Possível; provável; remoto

(2) Em conexão

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos (R\$)	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	1ª VFP	24/06/2004	s/valor definido (obrigação de fazer)	Compelir a AGENERSA, no prazo de 60 dias, a concluir a apreciação e deliberar acerca das propostas de revisão tarifária quinquenal, bem como para que aquela autarquia se abstenha de atribuir efeito retroativo à sua deliberação sobre a revisão tarifária.	REMOTO	Postergar a revisão tarifária, acarretando prejuízos à CEG e CEG RIO.	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	10.357.132,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de repasse do ônus financeiro da CPMF às tarifas de gás praticadas pela CEG.	REMOTO	Prevalecer a deliberação da AGENERSA que alterou o critério de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	Não há
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	118.617.979,00	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	Não há
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	6.461.373,00	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	Não há
CEG	AGENERSA	10ª VFP	26/04/2006	s/valor definido (obrigação de fazer)	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 611 e 555, que dispuseram sobre o reajuste quinquenal das tarifas da CEG e da CEG RIO e a revisão das tarifas das Concessionárias na forma prevista nos seus respectivos Contratos de Concessão.	REMOTO	Prevalecer as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	Não há
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	2.366.515,56	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevalecer as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetuassem a publicação dos reajustes.	Não há
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	Não há	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexistente a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada	Não há
ABRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	742.513,50	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	Não há
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou “sem efeito” decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	Não há
Ministério Público Federal	CEG	29ª Vara Federal RJ	17/12/2008	s/valor definido (obrigação de fazer)	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da CEG e outros, por meio da qual pretende o Autor (i) a decretação liminar da indisponibilidade dos bens pertencentes aos Réus; (ii) a condenação solidária dos Réus ao ressarcimento integral dos supostos danos materiais causados ao patrimônio público, no valor de R\$ 133.144.795,25, correspondente ao valor de compensação que alega ter sido indevidamente deferido pelos Réus em favor da empresa CEG nos autos de processo administrativo em 2003; bem como (ii) a condenação solidária dos Réus aos danos morais causados à coletividade; (iii) a proibição dos Réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de dez anos; e (iv) o pagamento de multa civil em valor estabelecido pelo Juízo.	REMOTO	Pagamento das verbas pleiteadas	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

CEG	Estado do Rio de Janeiro	11ª VFP	27/08/2002	R\$ 1.564.106,00	Anular o ato declaratório da suposta dívida fiscal, cancelando-se, por conseguinte, a exigência fiscal a que se refere o auto de infração, determinando o arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.	REMOTO	Valor de R\$1.182.167,43 já depositado em juízo e que no caso de improcedência da ação será repassado ao Estado.	Não há
CEG	Light Serviços de Eletricidade S/A	8ª Vara Federal RJ	02/10/2001	R\$ 400.000,00	Declarar a ilegalidade da cobrança de sobretarifa feita pela Light (pelo não cumprimento de metas de consumo impostas durante o período de crise do setor de energia elétrica), bem como suspender a cobrança e condenar à mesma a restituir os valores pagos indevidamente.	FEITO ACORDO	Tornar exigível a cobrança da sobretarifa.	Não há
UFRJ	CEG	6ª Vara Federal RJ	17/11/2000	R\$ 1.606.830,09	Ação ajuizada pela UFRJ, em 2000, pleiteando não ser tributada pelo ICMS incidente em suas faturas de fornecimento de energia elétrica, gás e telefone, por entender gozar de imunidade de impostos (com base no art. 150, VI, "a" da Constituição). A UFRJ pleiteia também a devolução, pelo Estado e pelas concessionárias, do valor pago a maior.	REMOTO	A CEG ser condenada a não cobrar o ICMS, e ainda ressarcir a UFRJ em R\$5.738.678,91	Não há
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	09/06/2006	R\$ 935.016,99	Processo instaurado pela AGENERSA para verificar a procedência de reclamação de morador em relação a supostas irregularidades referentes às cabines de medidor, que geraram os Termos de Notificação CAENE nº 001/09, 003/09 e 005/09.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	Não há
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.459.607,88	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	Não há
CEG	CEDAE	8ª VFP	21/10/1999	Não há	Declarar a inexistência de obrigação entre CEG e CEDAE relativa ao pagamento de tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial, bem como condenar a CEDAE a restituir os valores pagos indevidamente nos últimos 20 anos. Esta ação foi ajuizada pela CEG contra a CEDAE, em 1999, pois apenas 1/5 da água consumida pela CEG é coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada.	FEITO ACORDO	Pagar a tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial	Não há
GALVASUD e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	CEG RIO	1ª VFP	22/05/2009	R\$ 27.850.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 370/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG RIO em 11,8% e condenar a CEG RIO a restituir à CSN e GALVASUD aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para estes clientes os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 4.002.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	Não há
--------------------	-----	--------	------------	---------------------	--	--------	--	--------

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado das ações judiciais indicadas no item 4.3 acima corresponde a R\$ 11.390.600,12.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a . juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Não há ações judiciais a serem apontadas em relação aos critérios acima apontados.

4.4.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Tendo em vista que não existem ações com os critérios definidos no item 4.4 acima, movidas em face ou pela Companhia, não há valores provisionados a informar.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvidos; b. valor provisionado, se houver; c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 7.559.915,00	R\$ 6.236.930,00	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 35.674.106,00	R\$ 29.431.138,00	Responsabilidade subsidiária	Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas
R\$ 3.923.186,65	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda (maioria dos casos é na esfera administrativa)	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$41.242.472,30 (Valor da causa)	R\$3.263.422,10	Ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista;	Cível

Com relação às ações consumeristas repetitivas listadas no quadro acima (cível), é importante destacar que a Companhia adotou diversas medidas visando melhorar os serviços por ela prestados, como a realização de treinamentos e cursos voltados para as empresas parceiras terceirizadas que executam serviços técnicos e de obras, e também um esforço visando a conciliação em ações judiciais com seus clientes, o que resultou numa redução significativa dos valores envolvidos nas causas e nos valores provisionados, nas ações de menor complexidade frente ao ano anterior, abaixo indicados:

R\$56.270.001,40	R\$ 19.598.760,77	Ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista	Cível (ano 2015)
------------------	-------------------	---	------------------

4.6.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

O valor total provisionado das ações judiciais indicadas no item 4.6 acima corresponde a R\$ 39.591.254,65

4.7 - Outras contingências relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca a proteção; ii. Os instrumentos utilizados para proteção; iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência. Isso porque, de acordo com o seu Estatuto Social no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que todos os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração.

Destaque-se que nas informações descritas no próprio item 4.1 deste Formulário de Referência, nos comentários acerca de cada um dos quesitos identificados são apontadas medidas de mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados, que podem ser complementadas a seguir:

Do ponto de vista dos riscos relacionados ao emissor, no que diz respeito as **relações laborais**, ao final da conclusão do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural, em meados de 2007, observou-se um aumento no número de reclamações trabalhistas propostas por terceiros em face da Companhia. Tal fato decorreu do término de grandes contratos mantidos pela área Comercial e de Conversão com empresas que prestavam serviços exclusivamente para a CEG. Tais empresas encerraram suas atividades deixando um passivo Trabalhista. Desta forma, desde o segundo semestre de 2008, a Companhia adotou um conjunto de ações, que pode ser tida como uma política de gerenciamento de riscos adotada pela diretoria de recursos Humanos, com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista. Essas ações têm representado uma redução do passivo trabalhista em cerca de 7% desde então. As ações que são adotadas de acordo com essa política são:

- a) Retenção de caução das empresas prestadoras de serviços;
- b) Realização de acordos na Justiça do Trabalho logo na primeira audiência;
- c) Contratação de empresa para realizar auditoria nas terceirizadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação;
- d) Revisão dos critérios da avaliação e seleção de terceiros, buscando empresas maiores e que tenham maior amplitude nos serviços prestados.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais cíveis**, a diretoria jurídica mantém políticas de redução dos passivos, buscando a realização de acordos. O objetivo é a redução do passivo para 10% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 50% dos casos nas ações judiciais distribuídas em Juizados Especiais e de 26% das ações em varas cíveis (justiça comum), nos últimos anos.

Do ponto de vista da **regulamentação do setor** e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos **segmentos de mercados**, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial, gás natural veicular e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca a proteção; ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.2 deste Formulário de Referência. Isso porque, de acordo com o seu Estatuto Social no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que todos os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração, assim, todas as operações financeiras contratadas pela Companhia devem ser previamente e individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com as regras previstas no Estatuto Social.

Assim, a Companhia adota e mantém uma gestão de risco financeiro que é entendida como uma orientação à Diretoria, a qual adota um programa de gestão de riscos, que se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros, quais sejam: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Assim, a gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria, segundo as orientações adotadas pelo Conselho de Administração. Portanto, a Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, quando for o caso.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição possa estar atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinzenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos (que vierem a ser feitos) indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Atualmente a Companhia não possui nenhum empréstimo ou financiamento contratado em moeda estrangeira.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos últimos três exercícios não foi contratado nenhum derivativo com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

Em razão deste monitoramento, a Companhia divulgou em suas Demonstrações Financeiras anuais uma análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP, apontada também no item 4.2 deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição dos controles internos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.3 Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. **as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

- b. **as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui uma área responsável pelo desenvolvimento e aplicação das condutas relacionadas aos controles internos, a qual se reporta à Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores e é responsável pelo relacionamento com o auditor independente, para o acompanhamento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos.

- c. **se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é acompanhada pela Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores que realiza reuniões periódicas com as diversas áreas envolvidas na Companhia.

O Conselho Fiscal da companhia também acompanha o desenvolvimento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos da Companhia em suas reuniões e cobra efetividade na implementação de medidas capazes de atenderem as recomendações apontadas pelo auditor externo.

- d. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

- e. **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2015, não foram apontadas Deficiências Significativas (DS), mas apenas Outras Deficiências (OD), aquelas que não são deficiências significativas, mas que merecem a atenção da administração, das quais destacam-se aquelas que possuem maior relevância:

5.3 - Descrição dos controles internos

Classificação		Sequencial	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2015	2014						
OD	N/A	1-Contábil	Verificamos que há depósitos judiciais que deveriam ser reclassificados para a conta de despesa, pois já foram encerrados e/ou arquivados, indicando uma ausência de controle tempestivo.	Contabilização indevida de depósitos judiciais que não existem mais.	Recomendamos a implementação de um controle tempestivo para o monitoramento dos depósitos judiciais mantidos pela Companhia e os adequados reflexos contábeis.	Exatidão dos saldos contábeis e monitoramento periódico do andamento dos depósitos judiciais.	CSC Comunicamos em comitê de direção realizado em Mar/16 e as áreas estão criando controles mais eficientes para o ano de 2016
OD	N/A	2-Contábil	Verificamos que a Companhia não realizou a amortização do 3º aditivo do Contrato de Concessão de maneira tempestiva entre janeiro de 2015 e setembro de 2015. Ao efetuar a correção em outubro de 2015, foi calculada uma amortização baseada numa vida útil de 15 anos, quando o correto seria de 12 anos, que é o prazo remanescente do contrato.	Amortização incorreta do ativo intangível de concessão.	Recomendamos a implementação de um controle de revisão das taxas indicadas no sistema.	Exatidão dos saldos contábeis e revisão tempestiva das vidas úteis dos bens incluídos no sistema.	CSC Este tema foi regularizado ainda em 2015, a partir de 2016 não existe mais diferenças.
OD	N/A	3-Contábil	Rateio de gastos administrativos com partes relacionadas reconhecido como receita de vendas.	Apresentação indevida das demonstrações financeiras.	Recomendamos que os rateios de gastos administrativos sejam classificados como despesas operacionais.	Apresentação adequada das demonstrações financeiras.	CSC Contabilizamos em receita apenas os serviços de prestação de assessoria, suportado por contrato. Por favor enviar evidências.
OD	OD	4-Contábil	Constatamos que a CEG não provisiona na PDD as faturas em aberto a menos de 180 dias para clientes com faturas em atraso (acima de 180 dias).	A PDD está contabilizada com valor menor que o real. Desta forma, o contas a receber fica supervalorizado.	Ajuste PDD de faturas vencidas a menos de 180 dias: Despesas Gerais e Administrativas: R\$ 8.959 Contas a Receber: R\$ (8.959)	Contabilização conforme a norma (CPC 01).	CSC Seguimos o critério do Grupo Gás Natural Fenosa. Numa análise dos créditos de liquidação duvidosa, os títulos vencidos representam o histórico de atraso. A mitigação de eventual risco decorre do corte de fornecimento de gás legalmente autorizado em determinados prazos legalmente previsto.
OD	N/A	5-Processos	Não identificamos um controle que garanta a totalidade dos contratos vigentes ou que possam ter tido algum impacto contábil ou financeiro no exercício 2014.	Contabilização ou divulgação incorreta de termos contratuais que não foram devidamente tratados pelas equipes pertinentes.	Implantar um controle que possibilite a captação dos principais dados dos contratos vigentes para avaliação do impacto contábil e que garanta a totalidade dos contratos vigentes.	Mitigar o risco de contabilização e divulgação incorreta de saldos contábeis.	CSC Pelo porte do Grupo se optou por fazer este controle na entrada do lançamento, onde para todo lançamento superior a 3.000 EUR se faz necessário apresentação de contrato e na análise das variações mensais durante os fechamentos mensais.

5.3 - Descrição dos controles internos

OD	N/A	6-Tributário	A Sociedade contabiliza as receitas financeiras em duas contas (#32001 e #3110115020). Em outubro de 2015, a movimentação da conta #3110115020 foi devedora, não constituindo uma receita, não devendo constar na base de cálculo de Pis e Cofins sobre receita financeira. Porém, a Sociedade utiliza essa conta, o que gera uma redução da base de cálculo devido à seu saldo devedor. Calculamos a contingência considerando multa de mora de 20% do valor devido. Contingência imaterial	Risco de questionamento pelas autoridades fiscais.	Adequar-se à legislação fiscal, tributando corretamente o valor referente à receita financeira.	Adequação à legislação.	Setor Fiscal Informamos que estaremos ajustando a base de cálculo de Pis e Cofins sobre a receita financeira e efetuando o pagamento da diferença conforme determina a legislação fiscal
OD	OD	8-Tributário	Identificamos que a Companhia possui uma política interna de distribuição de eventuais bônus aos seus empregados, inclusive diretores. A Sociedade não consegue segregar a parcela paga aos diretores e o restante pago aos demais funcionários.	Entendimento da RFB que as despesas com bonificação repassada a diretores não seria dedutível para fins de IRPJ e CSLL.	Recomendamos que seja efetuado a segregação dessa despesa entre diretores e demais funcionários.	Diminuição do risco de eventuais contingências fiscais.	Setor Fiscal "A CEG paga aos diretores estatutários o que chamamos de DPO referente ao cumprimento de metas. Trata-se de uma remuneração por uma contraprestação de objetivo alcançado. Para os demais funcionários efetuamos o pagamento de PLR (Participação nos Lucros da empresa)."
OD	OD	9-Tributário	De acordo com o informado pela CEG, parte dos créditos de PIS/Pasep e Cofins são primeiramente contabilizados como estimativa e, posteriormente, com a disponibilização da Nota Fiscal o valor estimado é revertido e registra-se na contabilidade o efetivo montante.	Esse procedimento é adotado no decorrer do exercício, inclusive em dezembro, afetando o exercício posterior.	Recomendamos que esse procedimento seja efetuado, se possível, somente de janeiro a novembro, efetuando em dezembro o registro do efetivo, com o objetivo de evitar que possíveis contabilizações do presente exercício sejam efetuadas no exercício posterior.	Evitam-se eventuais contabilizações extemporâneas.	CSC "Contabilizamos por estimativa, pois a Petrobras possui um regime especial que permite a emissão da nota fiscal em mês subsequente ao evento."
OD	OD	10-TI	OM01 - Oportunidade de Melhoria - Não identificamos política de backup corporativa	A inexistência de uma Política de Backup permite que as ações tomadas pelos funcionários não estejam atendendo as necessidades da companhia. Além disso, a falta de testes nas fitas de backup acarreta no risco de perda de acesso aos dados, devido à possibilidade da mesma estar inacessível no momento de sua efetiva utilização.	Recomendamos a elaboração de uma política com todos os procedimentos relacionados aos processos de backup.	Redução do risco de indisponibilidade e perda dos dados, uma vez que os funcionários da Companhia possuem conhecimento dos procedimentos adequados e de suas responsabilidades relacionadas à realização de backups periódicos.	Informática "Está sendo elaborada e será divulgada ainda em 2016 a política de backup"
OD	OD	11-TI	OM02 - Oportunidade de Melhoria - Não identificamos um plano de continuidade de negócios e/ou um plano de	A ausência de um Plano de Continuidade de Negócios para a	Sugerimos que seja elaborado um Plano de Continuidade de Negócios que	Fornecer uma solução adequada nos casos de	Informática "Nenhuma ação será realizada pois, os sistemas serão

5.3 - Descrição dos controles internos

			recuperação de desastres para a área de TI.	<p>organização permite que não seja realizado adequadamente um planejamento quanto à recuperação de processos de negócios da organização por meio do desenvolvimento de uma estratégia com procedimentos devidamente estruturados, documentados e testados.</p> <p>Os desastres naturais, intenções dolosas e acidentes catastróficos ou de menor proporção podem interromper a disponibilidade de informações e causar um impacto negativo nos principais processos da empresa.</p>	<p>forneça uma solução adequada às necessidades da companhia e que contemple assuntos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento das áreas de tecnologia da informação e de negócio; • Identificação dos processos críticos; • Avaliação do nível do impacto no negócio; • Definição pelas áreas de negócio do tempo de recuperação dos processos críticos; • Conhecimento pela alta administração dos impactos financeiros, de imagem e operacionais; • Identificação pelas áreas de negócios dos recursos mínimos necessários para um ambiente de recuperação; • Relação de pessoas que devem ser notificadas e respectivos telefones; • Definição das responsabilidades de cada membro que participará do plano de continuidade; • Definição de quais sistemas (ou subsistemas) são prioritários; • Local alternativo para execução dos sistemas; • Definição de procedimentos manuais alternativos; • Existência de um plano formalizado; • Existência de um planejamento formal para a realização de testes periódicos. 	<p>situações adversas. Contempla assuntos fundamentais para a continuidade da Companhia, tais como:</p> <p>Identificação dos processos críticos, avaliação do nível do impacto no negócio, relação de pessoas que devem ser notificadas e respectivos telefones, definição das responsabilidades de cada membro que participará do plano de contingências, definição de quais sistemas (ou subsistemas) são prioritários etc., o que possibilita a retomada das operações em menor tempo</p>	<p>descontinuados até 2018. As áreas de negócio já foram informadas da ausência de um PCN e já adotaram processos manuais de contingência.</p> <p>Em janeiro 2015 foi implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte dos sistemas escopo.</p> <p>Até final de 2018 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que descontinuará os sistemas escopo”</p>
OD	OD	12-TI	OM03 - Oportunidade de Melhoria - Não identificamos atualizações periódicas no que se refere aos sistemas SGC, CI, Siebel 6.0, Siebel 7.8 e SAP 4.6.	<p>Dependência da empresa quanto ao conhecimento dos analistas e operadores dos sistemas, podendo acarretar instabilidade nos sistemas no caso de um possível afastamento.</p>	<p>Recomendamos a adequação deste procedimento, e sugerimos que tal documentação contenha documentos atualizados, quanto a assuntos tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização de versões; 	<p>Minimizar os riscos de má utilização dos sistemas, facilitar o entendimento das diversas funções e funcionalidades dos sistemas a todos os usuários.</p>	<p>Informática</p> <p>“Os sistemas SGC, CI e Siebel serão descontinuados até 2018. Será estabelecido o processo de atualização periódica da documentação técnica para os demais sistemas.</p> <p>Em janeiro de 2015 foi</p>

5.3 - Descrição dos controles internos

					<ul style="list-style-type: none"> • Especificações gerais; • Modificação das especificações; • Descrições e diagramas (fluxogramas, DFDs, DER, etc.) do sistema; • Dicionário de dados; • Descrição e diagrama dos programas; • Especificações dos dados de entrada, relatórios, arquivos e tabelas; • Listagens dos programas fonte; e • Instruções para os usuários. 		<p>implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte dos sistemas escopo.</p> <p>Até final de 2018 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que descontinuará os sistemas escopo.”</p>
OD	OD	13-TI	<p>PC01 - Não identificamos controle de alteração de acesso aos sistemas escopo e diretórios de rede. Caso algum usuário seja remanejado de área dentro da empresa, os acessos anteriores não são revogados, possibilitando assim, acesso indevido a informações críticas da empresa.</p>	<p>Permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações do sistema ou rede.</p>	<p>Recomendamos que seja criado um controle de alteração de acesso aos diretórios de rede.</p>	<p>Garantir inexistência de acessos indevidos.</p>	<p>Informática</p> <p>“ Para o desligamento de funcionários existe um processo de comunicação do RH para área de Ti para fins desligamento, movimentação interna e admissão.</p> <p>Está em fase de transição o novo modelo de atenção ao usuário do grupo que deverá contemplar essa atividade.</p>
OD	OD	14-TI	<p>PC02 - Não identificamos controle de revogação de acesso para os prestadores de serviço (terceiros).</p> <p>Identificamos que a revogação de acesso dos prestadores de serviço somente ocorre pela data de expiração cadastrada no momento de criação do usuário na rede, assim, para os casos de saída do terceiro (demissão, afastamento e/ou similares) não existe qualquer revogação tempestiva, seja de rede ou dos sistemas avaliados no escopo.</p>	<p>Permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações do sistema.</p>	<p>Sugerimos que seja elaborado e adotado um procedimento formal para que na ocorrência de afastamento ou desligamento de funcionários, o departamento de Recursos Humanos comunique imediatamente ao departamento de informática para bloqueio de acessos aos recursos informatizados da Companhia.</p>	<p>Garantir inexistência de acessos indevidos.</p>	<p>Informática</p> <p>“Atualmente o controle de acesso de terceiros à rede é feito pelo gestor de cada área, que deve solicitar a revogação do acesso. Além disso, o acesso é concedido pelo prazo do contrato de prestação de serviço, sendo revogado automaticamente ao final do prazo.</p> <p>Está em fase de transição o novo modelo de atenção ao usuário do grupo que deverá contemplar essa atividade.”</p>
OD	OD	16-TI	<p>PC04 - Não identificamos controles para a utilização de usuário genérico diretamente no banco de dados Oracle.</p> <p>Identificamos que somente os DBA's possuem acesso de administrador ao banco de dados, entretanto estes utilizam os mesmos logins (SYS e SYSADM) para o sistema Siebel 6.0 e SAP 4.6, onde a diferença entre os 2 logins está no tipo de manutenção que ser realizada no banco.</p>	<p>A ausência da rastreabilidade das ações executadas por um único usuário tornar extremamente difícil a atribuição de responsabilidade no caso de ações indevidas sobre os sistemas SAP 4.6 e Siebel 6.</p>	<p>Recomendamos que os DBA's bem como os administradores de sistemas não compartilhem usuários, principalmente usuários genéricos.</p> <p>Quando da necessidade de utilização do Super Usuário, este acesso deve ser controlado por meio de autorizações para utilização e o</p>	<p>Rastreabilidade e controle das alterações realizadas no banco de dados.</p>	<p>Informática</p> <p>“ O usuário SYS é utilizado somente pelo DBA e existe uma limitação do ORACLE onde não é possível se criar um novo usuário com as mesmas permissões do usuário SYS. Por este motivo não é possível deixar de usar este usuário genérico.”</p>

5.3 - Descrição dos controles internos

					acesso concedido temporariamente com expiração de senha de acordo com o período solicitado. Deve também haver uma revisão para verificar se a ação requerida pelo Super Usuário foi a ação realizada.		
OD	OD	18-TI	<p>PC06 - Não identificamos controles para implementação das mudanças corretivas nos sistemas SGC e CI.</p> <p>A partir de nossas análises identificamos que os responsáveis pelas mudanças de programas corretivas nos sistemas SGC e CI não solicitam aos Business Partners que sejam realizados testes em ambiente de homologação antes de uma mudança ser transportada ao ambiente de produção.</p>	Alterações indevidas nos sistemas no ambiente de produção, possibilitando afetar a integridade e confiabilidade das informações.	<p>Sugerimos o desenvolvimento de uma metodologia formal aplicada que deve conter entre outros itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação formal de todos os envolvidos, a cada etapa, antes de iniciar uma nova etapa; • Utilização de rígidos padrões e procedimentos de testes, que envolvam a definição do escopo e a extensão dos testes, elaboração da massa de testes utilizando dados fictícios próprios para a cobertura de todas as possíveis situações que possam ocorrer dentro do sistema; • A participação do usuário com aprovação formal na definição do projeto, anteprojeto, cronograma, documentação padrão, teste do sistema e implantação; • Reuniões periódicas e formais para acompanhamento e priorização das mudanças/ desenvolvimentos de sistemas; • Ambientes de desenvolvimento, testes e homologação • Documentação das especificações técnicas e funcionais refletindo as modificações realizadas nos sistemas • Atualização dos manuais dos usuários • Procedimento formal de transferência dos 	Entendemos que a falta de uma metodologia formal de desenvolvimento e manutenção de sistemas, torna a organização dependente do conhecimento dos analistas, programadores e fornecedores. Esta dependência poderá afetar a continuidade desses sistemas em caso do desligamento desses profissionais e empresas. A falta da metodologia compromete a manutenção dos sistemas, gerando custos adicionais e maior tempo de dedicação à tarefa.	<p>Informática</p> <p>“Os sistemas SGC e CI serão descontinuados até 2018.</p> <p>Em janeiro de 2015 foi implantado o sistema ZEUS EPS (fase 1) que já substitui parte dos sistemas escopo.</p> <p>Até final de 2018 será implantado o sistema ZEUS GPS (fase 2) que descontinuará os sistemas escopo.”</p> <p>Para os demais, essa política já é aplicada.”</p>

5.3 - Descrição dos controles internos

					programas do ambiente de desenvolvimento para produção		
OD	OD	19-TI	<p>PC07 - Não identificamos controle de monitoramento de usuários administradores de sistemas no ambiente de produção para SAP4.6, SGC, CI, Siebel 6.0 e 7.8.</p> <p>Não identificamos qualquer tipo de controle de monitoramento das atividades realizadas pelos usuários do tipo administradores para os sistemas escopo no ambiente de produção.</p>	A ausência de monitoramento sobre as atividades de usuários administradores, cujo cargo por si só possui risco inerente de alterações indevidas coloca em risco a integridade das informações.	Sugerimos que seja implementado controle para avaliação e monitoramento das atividades utilizadas por usuários com perfil de administradores.	Garantir inexistência de acessos indevidos.	Informática “ Em avaliação a possibilidade de implementação de monitoramento.”
OD	OD	21-TI	<p>PC09 - Não identificamos controle de revogação de acesso dos usuários aos sistemas SAP4.6, SGC, CI, Siebel 6.0 e 7.8.</p> <p>Durante a avaliação do ambiente de tecnologia da informação da CEG, identificamos que não existem atividades de controle de revogação de acesso de usuários aos sistemas SAP4.6, SGC, CI, Siebel 6.0 e 7.8.</p>	Permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações do sistema.	Recomendamos que seja elaborado um procedimento formal para que os usuários que necessitem ter seus acessos de sistema revogados os mesmos sejam feitos tempestivamente.	Garantir inexistência de acessos indevidos	Informática “ Está em fase de transição o novo modelo de atenção ao usuário do grupo que deverá contemplar essa atividade.”
OD	OD	23-TI	<p>PC11 - Não identificamos aprovação para acesso dos usuários aos sistemas SAP4.6, SGC, CI, Siebel 6.0 e 7.8.</p> <p>Não identificamos aprovação da concessão de acesso para a totalidade dos 15 usuários selecionados em nossa amostra associados aos sistemas em questão.</p> <p>Adicionalmente, para 5 casos dos 15 em selecionados em nossa amostra, não recebemos o registro de solicitação no sistema de gerenciamento de chamados.</p>	Permissão de acessar aplicações/módulos com suas credenciais ativas possibilitando alteração indevida das informações do sistema.	Recomendamos que seja seguido os controles de concessão de acesso a rede, bem como a identificação de cada usuário que teve seu acesso solicitado.	Garantir inexistência de acessos indevidos	Informática “Será criado um processo que melhore os controles dos acessos à rede. Está em fase de transição o novo modelo de atenção ao usuário do grupo que deverá contemplar essa atividade.”
OD	OD	24-TI	<p>PC12 - Não identificamos evidência de tratativas para os Jobs com problemas. Conforme informado pela equipe de produção, todos os JOB's que não são passíveis de serem tratados internamente devem ser direcionados às equipes técnicas para que sejam tomadas medidas para solucionar os problemas. Neste sentido, identificamos 4 JOB's classificados como "direcionáveis para as equipes técnicas" em que não havia abertura de chamados para resolução de chamados, conforme estabelecido no desenho do controle.</p>	A inexistência do monitoramento e/ou de documentação comprobatória possibilita a existência de erros que afetam a integridade das informações por meio de alterações indevidas na execução do processamento do JOB.	Recomendamos que os possíveis erros sejam devidamente classificados e documentados a fim de garantir que estão sendo tratados e direcionados para pessoas responsáveis.	Melhor monitoramento e integridade das informações.	Informática “ Vamos iniciar um estudo para a elaboração de procedimentos com a contratação de uma consultoria especializada.”
OD	OD	25-TI	ITGC Shared Comfort 2014 - Assegurar uma adequada segregação de função no	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa	Cumprir recomendações da PwC Espanha,	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da

5.3 - Descrição dos controles internos

			<p>processo de mudança de programa.</p> <p>Controle: No processo de gestão de mudanças das aplicações existe uma segregação de função adequada ao nível de acesso ao sistema, entre o pessoal que desenvolve a mudança e o pessoal que realiza a transferência ao ambiente de produção do SAP6.0 (SAP EF3_300)</p>	informado a Gas Natural Fenosa.	localmente pela PwC Espanha.	pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	GNF Espanha. O grupo entende que o número de funcionários é o suficiente para a realização de atividades”
OD	OD	26-TI	<p>ITGC Shared Comfort 2014 - Aprimorar o processo de exclusão dos usuários inativos no SAP 6.0 / Aprimorar a configuração do RACF (SGC Internacional Brasil) e a revisão dos usuários com acesso / Revisão dos usuários de informática nas aplicações e bancos de dados.</p> <p>Controle: Os usuários que não acessam o sistema em mais de 45 dias são bloqueados e os usuários que não acessam a mais de 90 dias são excluídos (SAP 6.0 e SGC).</p>	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha.”
OD	OD	28-TI	<p>ITGC Shared Comfort 2014 - Restringir o uso de usuários do tipo Serviço no SAP 6.0. / Formalizar a supervisão das atividades realizadas pelos usuários críticos do SAP 6.0.</p> <p>Controle: Os parâmetros de configuração do sistema SAP 6.0 estão em conformidade com as melhores práticas e são aplicados a todos os usuários. Os usuários do tipo Serviço são limitados (SAP EF3_300).</p>	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha.”
OD	OD	30-TI	<p>ITGC Shared Comfort 2014 - Habilitar o log de auditoria de alterações no SAP 6.0.</p> <p>Controle: As tabelas de auditoria de dados do sistema SAP estão configuradas conforme as melhores práticas.</p>	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha.”
OD	OD	31-TI	<p>ITGC Shared Comfort 2014 - Restringir o acesso de alteração de Roles e a gestão de usuários no SAP 6.0.</p> <p>Controle: O acesso dos usuários a transações críticas relacionadas a gestão dos acessos dos usuários (PFCG, SU01, SU02, SU10 e SU12) no sistema SAP 6.0 está adequada (EF3_300).</p>	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha.”
OD	OD	32-TI	<p>ITGC Shared Comfort 2014 - Assegurar uma adequada segregação de função no processo de mudança de programa.</p> <p>Controle: O acesso concedido a usuários para criar pedidos de transporte</p>	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática “ Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha.”

5.3 - Descrição dos controles internos

			para produção (SE09 e SE10) e autorizar transporte para produção (STMS) no sistema SAP 6.0 é adequado (EF3_300).				
OD	OD	33-TI	ITGC Shared Comfort 2014 - Restringir o acesso ao sistema operacional (SO) através do sistema SAP. Controle: O acesso ao sistema operacional Unix através do sistema SAP 6.0 está adequadamente restringido (EF3_300).	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática " Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha."
OD	OD	34-TI	ITGC Shared Comfort 2014 - Aprimorar a configuração de segurança lógica dos bancos de dados do sistema SAP. Controle: A configuração dos parâmetros de segurança lógica do banco de dados está em conformidade com o estabelecido nas melhores práticas (SAP 6.0 e SGC).	Risco identificado localmente pela PwC Espanha e informado a Gas Natural Fenosa.	Recomendação informada a Gas Natural Fenosa localmente pela PwC Espanha.	Cumprir recomendações da PwC Espanha, pois tal ponto afeta o sistema de TI no Brasil.	Informática " Ponto de correção sob responsabilidade da GNF Espanha."
OD	OD	35-TI	Possibilidade de criação de clientes ou de alteração dos seus dados no sistema CI por usuário não autorizado. Verificamos que os grupos "D", "Dx", "D2", "D2X", "9" e "999" possuem acesso à função de inclusão e alteração de dados e os grupos "G", "I", "9" e "999" possuem acesso à função de exclusão de dados no sistema. Obtivemos a listagem dos usuários com acesso às transações e verificamos que existem 2 usuários da área de Informática com acesso à estas funções, sendo que a área de informática é um departamento que não necessita possuir tal acesso. Ademais, identificamos que os grupos "G" e "I" não constam em nenhum agrupamento de funções, mesmo que durante a avaliação de desenho eles tenham sido apontados como grupos com alçada de exclusão de clientes	Alteração, inclusão ou exclusão indevida dos dados de um cliente no sistema CI (usuários não autorizados).	Implementar um processo eficaz de revisão de acesso dos funcionários com permissão devida a esta atividade no sistema CI.	Garantir inexistência de acessos indevidos	Informática " Sistema CI será descontinuado em 2018."
OD	OD	36-TI	Possibilidade de criação de clientes ou de alteração dos seus dados no sistema Siebel (cadastro de clientes residenciais) por usuário não autorizado. Fomos informados que somente as áreas de cadastro e suas demais zonas (departamentos de cadastros de outras localidades do país) possuem acesso a função de incluir, alterar e excluir cadastro de clientes no sistema SIEBEL. Inspecionamos a listagem dos usuários que têm acesso a essas funções no sistema	Alteração, inclusão ou exclusão indevida dos dados de um cliente no sistema Siebel (cadastro de clientes residenciais) (usuários não autorizados).	Implementar um processo eficaz de revisão de acesso dos funcionários com permissão devida a esta atividade no sistema Siebel (cadastro de clientes residenciais).	Garantir inexistência de acessos indevidos	Informática " Está em fase de transição o novo modelo de atenção ao usuário do grupo que deverá contemplar essa atividade."

5.3 - Descrição dos controles internos

			SIEBEL e identificamos que, dentre os 875 profissionais relacionados, muitos deles integram áreas que não tem nenhuma relação com a função de cadastro/alteração de clientes.				
OD	OD	37-TI	Pagamentos baixados manualmente no sistema CI fora do seu período de competência. Mesmo com a existência da análise de erros não é possível garantir que tudo que foi pago será baixado (automaticamente ou manualmente) no seu período de competência. A baixa de alguns itens só ocorre após o processo de cobrança e o posterior envio do comprovante de pagamento por parte do cliente. Desta forma, devido ao tempo que este processo demora, as baixas manuais dos pagamentos não identificados não ocorrem dentro do período de competência.	Ocorrência de faturas em aberto no sistema para pagamentos já efetuados.	Implementar um procedimento tempestivo de baixa manual das faturas cujos pagamentos não foram identificados.	Melhor controle e tempestividade no conhecimento das faturas em aberto, mitigando o risco.	Informática “ O Sistema CI será descontinuado em 2018
OD	OD	38-TI	Não foi possível validar a eficácia operacional do controle de conferência e aprovação do espelho da fatura para o período auditado considerando que apenas são armazenadas evidências dos dois últimos meses. Ao solicitarmos a listagem de todos os clientes selecionados para conferência pelo sistema Control-D, fomos informados que a companhia arquivava somente as listagens dos 2 últimos meses. Desta forma, não foi possível validar todo o período auditado, considerando que não há possibilidade de reexecutarmos o controle.	Cobrança indevida de tarifas, consumo, impostos e outros serviços aos clientes.	Voltar a arquivar as evidências de conferência e aprovação do espelho da fatura para o ano fiscal corrente, possibilitando a validação do controle interno.	Melhor gestão e histórico, mitigando assim o risco de haver cobranças indevidas.	Informática “ O control D é um repositório e arquivava o tempo solicitado pelo setor responsável.”
OD	N/A	39-TI	Identificamos divergências motivadas por falha humana no cálculo da estimativa do sistema de clientes industriais (CI).	Erro no cálculo da estimativa.	Sugerimos que o processo do cálculo de estimativa do sistema CI seja realizado de forma automática.	Apresentação adequada das demonstrações financeiras.	FATURAMENTO Observamos que o cálculo da estimativa não traz prejuízo ou risco para o resultado da empresa, pois todo volume/ valor contabilizado como uma estimativa de venda não faturada dentro do período contábil é sistematicamente estornada no período subsequente. Está prevista a implantação da estimativa automatizada no sistema Delta.”

5.4 - Alterações significativas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Fatores de risco

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou nas práticas de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre riscos de mercado

Não há outras informações relevantes sobre os riscos a que a companhia está sujeita, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/06/1969
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização - PED (Decreto nº 21.985/1996 e Lei Estadual de nº 2.470/1995), adotou a modalidade de abertura de capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/11/1977

6.3 - Breve histórico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.3. Breve Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufaturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá, sendo este último atendido com GNC – Gás Natural Comprimido. O município de Japerí já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início. Quando isso ocorrer, passarão a ser 18 os municípios abastecidos com gás natural.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

A Companhia não requereu falência ou recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos três exercícios.

6.6 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária.

No início de 2013, conforme Comunicado divulgado ao Mercado em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG.

Desta forma, a Gas Natural SDG S/A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista, e a sua subsidiária integral, empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na Companhia, concentrando a participação do grupo. Tal alteração não representa nenhum efeito relevante para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões, nem, tampouco houve alteração administrativa ou no quadro de administradores da CEG, mantendo-se a participação acionária e a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários, no Conselho de Administração. O objetivo da reorganização foi apenas simplificar a estrutura dos investimentos do Grupo nas sociedades das quais participa no Brasil.

Em 27/04/2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando sobre a realização de um grupamento da totalidade das ações da Companhia, aprovado na AGOE realizada em 27/04/2016. Também em Abril de 2016 o nome de sua controladora Gas Natural Internacional SDG S/A foi alterado, passando a denominar-se Gas Natural Distribución Latinoamérica S/A. A modificação tratou-se apenas de alteração da razão social da empresa, mantendo-se a participação acionária, portanto não havendo qualquer alteração no controle da Companhia ou das demais participações acionárias dos demais acionistas..

A CEG não possui empresas por ela controladas.

Quadro Societário atual da Companhia

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,84
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,18
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado, GNC e GNL e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
GÁS NATURAL	92,3	93,3	93,9	94,5	95,6	96,9
GLP	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	7,6	6,6	6,0	5,3	4,3	2,9

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Seguimento Operacional	2015		2014		2013		2012	
	Receita R\$	% da Receita Líquida						
Residencial	590.089	13,8	579.734	14,3	602.829	16,6	562.103	17,3
Comercial	228.885	5,4	214.693	5,3	266.059	7,3	251.604	7,8
Automotivo	951.652	22,3	890.460	22,0	862.482	23,7	844.659	26,0
Petroquímico	6.854	0,2	12.647	0,3	29.945	0,8	48.428	1,5
Cogeração	85.690	2,0	74.439	1,8	52.574	1,4	63.226	1,9
Industrial	624.992	14,6	606.698	15,0	602.332	16,5	624.317	19,2
Termelétrica	1.457.925	34,1	1.397.939	34,6	1.007.119	27,7	678.021	20,9
Serviços	323.908	7,6	267.727	6,6	216.916	6,0	173.323	5,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	4.269.995	100,0	4.044.338	100,0	3.640.257	100,0	3.245.682	100,0

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Seguimento Operacional	2015		2014		2013		2012	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	121.633	42,8	122.831	43,2	135.662	44,5	111.862	44,9
Comercial	35.307	12,4	35.130	12,3	51.261	16,8	42.496	17,1
Automotivo	36.540	12,8	36.835	12,9	36.498	12,0	30.966	12,4
Petroquímico	426	0,1	806	0,3	1.997	0,7	3.121	1,3
Cogeração	5.255	1,8	4.721	1,7	3.597	1,2	3.658	1,5
Industrial	36.482	12,8	37.034	13,0	40.621	13,3	36.814	14,8
Termelétrica	48.329	17,0	46.795	16,4	34.985	11,5	19.529	7,8
Serviços	420	0,1	419	0,1	293	0,1	418	0,2
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	284.392	100,0	284.572	100,0	304.913	100,0	248.864	100,0

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever: a. características do processo de produção; b. características do processo de distribuição; c. características dos mercados de atuação, em especial: i. participação em cada um dos mercados; ii. condições de competição nos mercados; d. eventual sazonalidade; e. principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; iii. eventual volatilidade em seus preços.

A Companhia é concessionária de distribuição de gás natural, que possui exclusividade para a distribuição na sua área de concessão – região metropolitana do estado do Rio de Janeiro – conforme disposto no contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gas firmado com o Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, não há competitividade no mercado. O gás natural é o único insumo da Companhia, adquirido de seu único fornecedor/produzidor a Petróleos Brasileiros S/A - Petrobras.

Tratando-se de concessão de serviço público, a atividade da Companhia sofre fiscalização e regulação do Governo do Estado através da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Desta forma, o preço do gás natural é regulamentado, aprovado e sofre revisões quinquenais no âmbito da agência reguladora. Assim, a Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

As características dos processos de produção e de distribuição, e a participação em cada um dos mercados são destacadas a seguir:

a. características do processo de produção:

O gás natural distribuído pela CEG é fornecido pela Petrobrás – Petróleos Brasileiros S/A nos Pontos de Entrega Japeri, Paracambi, Metropolitano, Guapimirim, Presidente Kennedy e Termorio. Adjacentes a esses pontos, também denominados *city-gates*, a CEG possui instalações onde o gás natural é medido, odorizado e tem sua pressão regulada para os níveis recomendados para distribuição.

Até meados de 2007, quando foi concluído o Projeto de Conversão do gás manufacturado para o gás natural, a produção de gás manufacturado ocorria na fábrica de gás da CEG, situada em São Cristóvão, zona central do Município do Rio de Janeiro. O terreno ocupa uma área total de 119.000m², dos quais 47.000 m² eram ocupados pelos equipamentos de produção e o restante da área por instalações de apoio administrativo e operacional. Com a conclusão do projeto de conversão, não há mais produção e distribuição de gás manufacturado.

b. características do processo de distribuição

O gás utilizado pela CEG é proveniente, em quase toda a sua totalidade, da Estação de Cabiúnas localizada na Bacia de Campos. Ainda em estado condensado, o gás é transportado por um duto de 180 km de extensão, pertencente à Petrobrás, até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), situada no município de Duque de Caxias, onde, passando por uma unidade de processamento (UPGN), é desidratado e fracionado, resultando em três produtos: gás natural processado, GLP e gasolina natural.

O gás tratado e processado está, então, pronto para a distribuição. O volume de gás é medido nos *city-gates*, pontos de saída onde o gás é entregue às companhias de distribuição regionais. Para transportar o gás natural desde o ponto de recebimento (*city-gates*) da empresa fornecedora (Petrobras) até os clientes a CEG possui um sistema de dutos de aço de grandes diâmetros. Para que os clientes da CEG possam usufruir desta energia, o sistema de distribuição possui estações que regulam a pressão do gás aos níveis recomendados. As redes da CEG distribuem o gás natural em alta, média ou baixa pressão.

O sistema de distribuição de gás à Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui atualmente cerca de 4.407,2 km de extensão, sendo composto por redes de ferro fundido, aço carbono, aço galvanizado e de polietileno, com diâmetros variando de 25 a 500 mm e operando a diferentes pressões.

Redes de Ferro Fundido: com diâmetros que variam de 50 a 500 mm, estão instaladas nas redes de baixa pressão;

Redes de Aço Carbono: seu diâmetro varia de 25 a 600 mm, estão instaladas em redes de baixa, média e alta pressão;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Redes de Aço Galvanizado: seus diâmetros vão de 32 a 300 mm, estão instaladas em redes de média e baixa pressão;
Redes de Polietileno: têm diâmetros de 25 a 250 mm e estão instaladas nas redes de média e baixa pressão.

A tubulação de polietileno é a mais utilizada nas novas redes em construção, pois apresenta vantagens em relação aos outros materiais. Entre as principais vantagens podemos destacar: resistência ao ataque químico, tanto interno quanto externo; isolamento elétrico, dispensando a proteção catódica; fácil soldabilidade; flexibilidade; elevada resistência ao impacto e vida útil prolongada, estimada no mínimo em 50 anos a 20°C.

A tubulação de ferro fundido, material obsoleto, vem sendo gradativamente substituído pelo polietileno.

Principais características das redes de distribuição gás natural da Companhia:

Gás Natural: A rede de distribuição da CEG está direcionada em quase toda a sua totalidade para o gás natural. A CEG possui 6 Estações de Transferência de Custódia adjacentes aos *city-gates* da Petrobras, onde recebe o gás natural em alta pressão. Estas estações têm como função principal a medição, a odorização, o controle de qualidade do gás e o controle da operação do sistema de distribuição.

É uma rede relativamente nova, construída em aço carbono soldado, com proteção catódica, ferro fundido e em polietileno, utilizando as especificações de normas internacionais. As estatísticas disponíveis sobre vazamentos mostram baixos índices, confirmando o seu bom estado, não apresentando risco anormal à segurança ou à continuidade da operação.

As estações reguladoras tanto de alta / média como média / baixa possuem duplo sistema, um em operação e outro em reserva, que mantêm a disponibilidade e a segurança da operação, além de possuírem dispositivos de proteção contra sobre-pressão nas linhas à jusante.

Principais características do sistema de distribuição de GLP da Companhia:

GLP: A CEG também distribui Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. Essa distribuição é realizada a partir de uma infraestrutura viabilizada pela existência de um núcleo de clientes específico.

Cada célula do sistema de distribuição de GLP da CEG é formada basicamente por uma estação de estocagem de gás, associada a sua rede de distribuição. A estação de estocagem dispõe de unidades independentes de vaporização natural ou forçada, a qual engloba uma bateria de tanques de GLP – abastecidos periodicamente por caminhões-tanque, um vaporizador, uma estação de redução de pressão e demais dispositivos de segurança e controle necessários para o suprimento de gás. Em termos financeiros é um mercado pouco significativo tendo representado 0,1% do faturamento da Companhia em 2015.

c. características dos mercados de atuação

Residencial: A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2012 o seguimento residencial representou 17,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 786.837 clientes. Em 2013 o seguimento residencial representou 16,6% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,6% do volume comercializado, e um total de 807.007 clientes. Em 2014 o seguimento residencial representou 14,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,1% do volume comercializado, e um total de 831.430 clientes. Em 2015 o seguimento residencial representou 13,8% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,1% do volume comercializado, e um total de 861.587 clientes.

Comercial: Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2012 o seguimento representou 7,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 10.675 clientes. Em 2013 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,0% do volume comercializado, e um total de 10.481 clientes. Em 2014 o seguimento representou 5,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

com 1,7% do volume comercializado, e um total de 10.721 clientes. Em 2015 o seguimento representou 5,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,7% do volume comercializado, e um total de 11.240 clientes.

Automotivo: Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras passando a produzir veículos bicombustíveis gerando maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2012 o seguimento representou 26,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,5% do volume comercializado, e um total de 445 clientes. Em 2013 o seguimento representou 23,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 18,0% do volume comercializado, e um total de 444 clientes. Em 2014 o seguimento representou 22,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 14,4% do volume comercializado, e um total de 446 clientes. Em 2015 o seguimento representou 22,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 14,6% do volume comercializado, e um total de 449 clientes.

Petroquímico: Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2012 o seguimento representou 1,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,7% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2013 o seguimento representou 0,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 1,0% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2014 o seguimento representou 0,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 0,2% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2015 o seguimento representou 0,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 0,1% do volume comercializado e 1 cliente.

Co-geração: de energia industrial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping-centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de co-geração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2012 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,8% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2013 o seguimento representou 1,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,1% do volume comercializado, e um total de 9 clientes. Em 2014 o seguimento representou 1,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,2% do volume comercializado, e um total de 9 clientes. Em 2015 o seguimento representou 2,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,5% do volume comercializado, e um total de 11 clientes.

Industrial: É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2012 o segmento representou 19,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 16,1% do volume comercializado, com um total de 329 clientes. Em 2013 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 11,0% do volume comercializado, com um total de 321 clientes. Em 2014 o segmento representou 15,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 8,8% do volume comercializado, com um total de 320 clientes. Em 2015 o segmento representou 14,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 8,5% do volume comercializado, com um total de 306 clientes.

Termelétricas: Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem duas plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (antigamente denominada Eletrobolt) no município de Seropédica, com potência de 350 MW e a Termelétrica Governador Leonel Brizola (antigamente denominada TermoRio) no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW. Existe ainda a Termelétrica Santa Cruz, de Furnas, localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que entrou em operação em 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 2012 o seguimento representou 20,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 48,8% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2013 o seguimento representou 27,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 64,3% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2014 o seguimento representou 34,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 71,6% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2015 o seguimento representou 34,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 71,5% do volume comercializado e 3 clientes.

Participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas				
	2015	2014	2013	2012	2011
Residencial:	2,1%	2,1%	2,6%	3,5%	4,7%
Comercial:	1,7%	1,7%	2,0%	2,7%	3,4%
Automotivo:	14,6%	14,4%	18,0%	24,5%	32,3%
Petroquímico:	0,1%	0,2%	1,0%	2,7%	5,1%
Co-geração:	1,5%	1,2%	1,1%	1,8%	2,7%
Industrial:	8,5%	8,8%	11,0%	16,1%	23,8%
Termelétricas:	71,5%	71,6%	64,3%	48,8%	28,0%

Condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).

Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

Eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais, e sim por questões de ordem estratégica.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do Emissor****7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:****a. montante total de receitas provenientes do cliente;**

Não há um cliente que isoladamente seja responsável por 10% (dez por cento) da receita líquida total da Companhia. Os clientes abaixo destacados, conjuntamente, são responsáveis por 11,02% da receita líquida total da Companhia.

Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2015 (R\$)	% Part. Receita Líquida	
THYSSENKRUPP CSA SID ATLANTICO	83.207.062,79	65.201.054,40	3.728.091.430,32	1,75	
AMBEV S.A.	51.845.397,91	40.626.053,80		1,09	
THYSSENKRUPP CSA SID ATLANTICO	47.416.898,38	37.155.881,57		1,00	
OWENS-ILLINOIS BRASIL IND C SA	47.057.450,18	36.874.217,96		0,99	
GERDAU ACOS LONGOS S/A	51.045.258,35	39.999.064,44		1,07	
BRASKEM S.A.	40.351.816,56	31.619.683,46		0,85	
FABRICA CARIOCA CATALISADORES	33.148.014,26	25.974.783,97		0,70	
LIGHT ESCO PREST SERV SA	25.346.630,34	19.861.619,53		0,53	
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	26.188.611,57	20.521.396,03		0,55	
BAYER S/A	17.287.496,97	13.546.482,63		0,36	
AMBEV S.A.	15.810.394,28	12.389.024,96		0,33	
SCHOTT BRASIL LTDA.	14.643.121,56	11.474.350,05		0,31	
SOC MICHELIN PARTIC IND COM LT	15.013.167,21	11.764.317,83		0,32	
KNAUF DO BRASIL LTDA.	14.157.550,85	11.093.856,85		0,30	
PETROLEO PET BRASILEIRO S.A	12.348.650,38	9.676.402,44		0,26	
INGREDION BRASIL ING IND LTDA	13.089.952,48	10.257.286,76		0,28	
BAYER S/A	7.039.099,79	5.515.838,60		0,15	
INDUSTRIA PROD ALIMENT PIRAQUE	9.251.564,37	7.249.525,84		0,19	
Receita Líquida Total		410.800.841,12		3.728.091.430,32	11,02

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial, o Petroquímico e o comercial.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras, Meio Ambiente e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA ou as Secretarias Municipais de Licenciamento Ambiental, que tiverem autorização do INEA para realização do licenciamento.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção. Contudo, em razão de uma falta de padronização dos licenciamentos municipais para as licenças ambientais, tem-se verificado dificuldades nos processos de obtenção de licenciamento.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A avaliação ambiental da CEG foi realizada em duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão dos eventuais passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A empresa inicialmente produzia gás manufaturado a partir do carvão. Ao longo dos anos setenta, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural. Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufaturado, de maneira que a distribuição tornou-se exclusiva de gás natural após a conversão total da rede de distribuição.

A sede administrativa - está localizada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

Conformidade Ambiental

A seguir estão listadas as ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental:

- Foi concedida a Licença Municipal de Instalação nº 001546/2015, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, na sede Operativa situada na Av. Pedro II, 68 – São Cristóvão.
- Monitoramento das emissões atmosféricas realizada avaliação em fonte fixa das emissões atmosféricas na Estação de Modulação Duque de Caxias e São Cristóvão. Realizada em Outubro de 2015.
- Monitoramento de Fumaça Preta realizada nos veículos da CEG movidos a Diesel, realizada quadrimestralmente no ano de 2015.
- Análise de Efluentes nas seguintes áreas: Limpeza Álamo, Manutenção Álamo, Oficina de Reguladores, Laboratório de Medidores, Oficina de Refrigeração, Saída Geral da Av. Pedro II. Realizada em Outubro de 2015.
- Avaliação de Ruídos na Av. Pedro II, nº 68 – São Cristóvão. Realizada em Abril de 2015.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: Realizada em Outubro de 2015, Análises de Riscos na unidade de São Cristóvão.
- Medições mensais da contaminação do solo/água realizada pela empresa AECON.
- Auditoria Ambiental Legal realizada anualmente, a última auditoria foi em Outubro de 2015.
- Avaliação e identificação da legislação ambiental
- Campanhas de conscientização ambiental

Obtenção da Certificação ISO 14001:2004 pela AENOR (Asociación Española de Normalización y Certificación)

Em 2014 a CEG recebeu a certificação ISO 14001:2004, demonstrando o comprometimento da empresa em atender aos requisitos ambientais ligados ao grupo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Auditoria Ambiental legal (AA)

O objetivo das auditorias que vem sendo realizada é de caráter compulsório (regulamentar), com intuito de incentivar a implantação da política e sistema de gestão ambiental, apoiar o órgão ambiental, fornecendo um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental ao longo dos últimos anos, identificando os aspectos ambientais e seus potenciais poluidores e de risco.

Verificar o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições das licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação, verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes.

Em 26 de novembro de 1991 foi promulgada a Lei n.º 1898, que determina a realização de AA periódica com intervalo máximo de 01 (um) ano em empresas ou atividades com elevado potencial poluidor utilizando critérios técnicos de avaliação estabelecidos na Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental – DZ-056. R2 de 19/08/97.

Em 07 de maio de 2010 foi publicada a Resolução CONEMA nº 21, que aprova a DZ-056. R3 – Diretriz que estabelece novos critérios para a realização de auditorias ambientais, criando os instrumentos Auditoria de Controle e Auditoria de Acompanhamento.

Em 30 de janeiro de 2014 foi publicada pela Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro a Resolução SMAC Nº 550/2014, que estabelece a Diretriz SMAC para a realização de Auditoria Ambiental, em Anexo Único desta Resolução.

No relatório estão contidos: a identificação da organização em auditoria, apresentando os critérios para seleção das unidades auditadas e os objetivos da auditoria; se a auditoria é de controle ou de acompanhamento; período coberto pela auditoria e a data em que a auditoria foi conduzida; identificação do responsável técnico pela gestão ambiental da organização; identificação dos representantes do auditado que participaram da auditoria, informando a área onde trabalham e a função que nela desempenham; identificação dos membros da equipe de auditoria, informando registro no órgão profissional competente, qualificação profissional e indicando o auditor-líder, as não conformidades evidenciadas, os planos de ação com a avaliação das causas, além da avaliação do desempenho ambiental da auditada.

Projetos para Redução de Emissões Atmosféricas: Neutralização de emissões

Este programa é uma iniciativa destinada a empresas e pessoas físicas que querem compensar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) através dos créditos gerados com projetos de tecnologia limpa contribuindo para desacelerar o aquecimento global.

O grupo controlador da CEG, Gas Natural Fenosa, tem inventariado as emissões de alguns de seus maiores eventos, quantificado e expressado em kg CO₂eq (quilogramas de dióxido de carbono equivalente) para posterior compensação. A partir do nível de emissões, é estimado o valor da compensação. A neutralização de eventos apresenta como principais vantagens, além da própria compensação, ajudar a conscientizar o público do evento sobre os impactos ambientais e as mudanças climáticas. Entre os eventos neutralizados em 2015, cabe mencionar:

- Circuito das Estações - Inverno (12/07/2015)
Foram Neutralizados 3.645 kg CO₂eq com a aquisição de 4 Créditos de Carbono – Florestal Santa Maria (REDD), Mato Grosso (Serial 2664-116735995-116735995-VCU-007-MER-BR-14-875-01012012-03052012-0); Hidroelétrica Salto Pilão, Santa Catarina (Serial 3965-170216947-170216949-VCU-008-MER-BR-1-513-01042012-31122012-0).
- Circuito das Estações - Primavera (27/09/2015)
Foram Neutralizados 1.732 kg CO₂eq com a aquisição de 2 Créditos de Carbono – Florestal Santa Maria (REDD), Mato Grosso (Serial 2664-116736026-116736026-VCU-007-MER-BR-14-875-01012012-03052012-0); Hidroelétrica Salto Pilão, Santa Catarina (Serial 3965-170217033-170217033-VCU-008-MER-BR-1-513-01042012-31122012-0).
- Circuito das Estações - Verão (06/12/2015)
Foram Neutralizados 3.998 kg CO₂eq com a aquisição de 4 Créditos de Carbono – Projeto Ecomapuá Amazon REDD, Pará (Serial 3755-164393227-164393227-VCU-005-MER-BR-14-1094-01012012-31122012-1); Hidroelétrica Salto Pilão, Santa Catarina (Serial 3965-170217057-170217058-VCU-008-MER-BR-1-513-01042012-31122012-0).
- Festas de final de ano, RJ e SP (10/12/2015)
Foram neutralizados 2.413kg CO₂eq com a aquisição de 3 Créditos de Carbono – Projeto Ecomapuá Amazon REDD, Pará (Serial 3755-164393556-164393557-VCU-005-MER-BR-14-1094-01012012-31122012-1); Hidroelétrica Salto Pilão, Santa Catarina (Serial 3965-170217093-170217093-VCU-008-MER-BR-1-513-01042012-31122012-0).

Avaliação da Conformidade Legal

Ao que Dispõe a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

A CEG adota a sistemática Themis, programa desenvolvido para controlar os requisitos legais e outros requisitos ambientais aplicáveis em seu âmbito de atuação aos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades e serviços das Unidades.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS

Destina-se ao estabelecimento e padronização de critérios, diretrizes e objetivos relacionados com a minimização e gestão de resíduos a nível corporativo. Esse objetivo segue as diretrizes dos princípios estabelecidos na Política de Responsabilidade Ambiental Corporativa de Gas Natural Fenosa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O PGRS foi documentado em 2014 e é seguido até hoje, com os seguintes objetivos: gestionar os resíduos e efluentes das Unidades GNF Brasil de acordo com as legislações e normas vigentes; conscientizar os colaboradores dos conceitos e práticas ambientais para redução da geração de resíduos; e estabelecer ferramentas de controle operacional e outros documentos necessários para a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado – SIG.

Campanhas de Conscientização Ambiental

- Dia Mundial da Terra – Comunicado e distribuição de brindes para os colaboradores que enviassem fotos do cotidiano que retratasse o Meio Ambiente
- Dia Mundial da Água – Comunicado e premiação aos colaboradores que participaram do concurso promovido, os ganhadores receberam um kit de reaproveitamento de água de máquina de lavar.
- Dia Mundial do Meio Ambiente – Realização do I Fórum Ambiental de Sustentabilidade e biodiversidade, com a participação da área de comunicação, serviços ao cliente, gestão imobiliária, e o Instituto Ethos.
- Reciclagem de Resíduo Eletrônico – colaboradores foram conscientizados quanto a destinação correta dos resíduos eletrônicos.
- Projeto Frota Sustentável
- Instalação dos coletores de pilha e baterias na Sede Corporativa.
- Neutralização de 6 eventos

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

Em atendimento a lei 10.165/2000 foi realizado o preenchimento do Cadastro Técnico Federal, através da entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referente ao ano 2015, das unidades da CEG, Estação de Modulação de Duque de Caxias, CEG RIO e Gás Natural São Paulo Sul.

Passivos Ambientais

O passivo ambiental corresponde ao investimento que a empresa faz para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados nos solos e águas subterrâneas.

Estão presentes na Unidade de São Cristóvão contaminantes de fase livre sobrenadantes (LNAPL) e fase livre mais densos do que a água (DNAPL), que são monitorados por meio de poços ao longo dos ciclos hidrológicos. Sua mitigação é realizada por empresa especializada.

Investigação Ambiental Complementar Unidade São Cristóvão

Os serviços realizados compreenderam a execução de 36 (trinta e seis) poços de monitoramento, 7 (sete) poços de bombeamento e 35 (trinta e cinco) poços de extração da fase livre (atualizado em Agosto/2015).

Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:

O sistema de remediação de passivo está subdividido em duas áreas: Nordeste e Sudeste.

Área Nordeste da Unidade São Cristóvão: Sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA. Modificado e ampliado o sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Unidade São Cristóvão: Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica, instalada em julho de 2002. O Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Plano Global de Monitoramento:

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas.

Comentários sobre a Legislação Ambiental

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Adequação Ambiental da CEG

O projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997, pelo período contratual de vigência de 30 (trinta) anos renovável por igual período.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e as Secretarias Ambientais dos municípios credenciados pelo INEA.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

7.8 - Políticas socioambientais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar: a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais; b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações; c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente; d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG, elabora o Informe de Responsabilidade Corporativa das empresas do grupo no Brasil conforme o modelo do Global Report Initiative (GRI).

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes PwC realiza a asseguaração limitada das informações do Informe de Responsabilidade Social Corporativa. Conforme declarado em seu Relatório Anual da Administração referente ao ano 2015, a Companhia entende que a natureza deste serviço não afeta ou impacta o resultado dos trabalhos de auditoria externa da Companhia, que também são executados pela PwC, e nem a independência dos auditores independentes, não ocorrendo conflito de interesse, fato ou ato que resulte em perda de independência ou objetividade dos auditores.

O documento aponta uma série de indicadores que revelam o compromisso das empresas do grupo com o crescimento sustentável e com a criação de valor social, econômico e ambiental para o seu entorno.

Os Relatórios, de periodicidade anual, são publicados no site www.gasnaturalfenosa.com.br, no link "Publicações e Informes" da área "Reputação Corporativa" que apresenta as informações Institucionais do site, no campo denominado "Conheça-nos":

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conheca-nos/a+companhia/reputacao+corporativa/publicacoes+e+informes/1297132725109/brasil.html>

7.9 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as atividades do emissor.

Relações de longo prazo

Os contratos com os clientes dos seguimentos comercial e industrial são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2019. Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2019.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

Gás Natural, Energia do Futuro.

Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíficos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

Fornos e Fogões

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

7.9 - Outras informações relevantes

Aquecedores

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

Lavadoras de Roupas e de Louças

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

Comércio e Indústria

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

Co-geração

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

GNV

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

Gás natural: a melhor energia do planeta

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

O gás natural é uma energia que:

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

8.1 - Negócios extraordinários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No ano de 2009 a Companhia vendeu um terreno de sua propriedade, no Bairro de Botafogo – RJ, onde se localizava uma filial, pelo valor de 10,5 MR\$, por meio de um leilão eletrônico, cujo sinal de 10% do valor foi depositado em uma conta bancária em favor da CEG. Contudo, o registro contábil da operação não pôde ser efetuado, devido a uma ação judicial que questionou a venda do terreno (pendente de decisão definitiva em 2009). Em 2010, foi realizado um acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior, possibilitando finalmente o registro contábil da operação de venda do mencionado terreno.

Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em um processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Entre 2011 e 2015 e ainda no primeiro trimestre de 2016 não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Negócios extraordinários

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em 2010 e 2011, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Em 2012, em busca de maior eficiência e melhoria do desempenho das atividades e do resultado, a Companhia implantou uma nova estrutura organizacional, na qual as atividades operacionais passaram a ser realizadas pela unidade de Gestão de Redes e pela unidade de Operações, que também concentrou a gestão dos serviços a clientes, mantendo-se inalterada a estrutura da unidade Comercial. O objetivo das mudanças implantadas foi criar mais sinergia e agilidade e permitir uma gestão mais eficiente, utilizando e desenvolvendo o melhor das potencialidades da Companhia e de seus recursos humanos. Além de buscar uma melhor coordenação das diferentes fases do processo de expansão e procurar garantir o cumprimento dos objetivos de negócio em termos de rentabilidade, segurança e qualidade, a estrutura desenhada possibilitou destacar a qualidade do trabalho realizado pelos recursos humanos da Companhia, levando a Companhia a um grau de excelência e reconhecimento ainda maior junto aos clientes.

Em 2013 e 2014 não houve alteração na forma de condução dos negócios do emissor.

Em 2015, no mês de Outubro, foi implantado o Centro de Serviços Compartilhados – CSC Econômico Financeiro Latino-américa. Por meio dessa nova estrutura, parte dos serviços econômicos financeiros das empresas operadas pelo grupo controlador da CEG – Gas Natural Fenosa – situadas na América Latina, passam a ser executados pela empresa controlada localizada na Colômbia. A implantação do CSC, que é uma tendência mundial nas empresas multinacionais, visa a implantação de uma unidade especializada que presta serviço de forma centralizada às demais unidades de negócio e corporativas do grupo na América Latina, no âmbito da administração das funções econômico-financeiras.

Os serviços que passam a integrar o CSC são:

- Contabilidade: (i) administração de ativos – altas/baixa; amortizações; inventário de ativos; (ii) Operativa Contábil – Interfaces no sistema SAP; fechamento contábil; (iii) contabilidade societária – registros e provisões;
- Administração de contas a pagar: (i) Contabilização de pagamentos e faturas; (ii) Atendimento à fornecedores e empregados; (iii) Gestão de liquidação de gastos com viagens;
- Administração de tesouraria: (i) Gestão de pagamentos; (ii) Contabilização e controle de movimentos bancários e de cartões de crédito; (iii) Faturamentos diversos.

A implantação do CSC foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22.10.2015.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Negócios extraordinários

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Negócios extraordinários

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes, tendo em vista que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

9. Ativos Relevantes**9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

Total R\$	1.736.193.940,74	1.458.330.243,38	1.389.949.438,25	1.338.923.941,06
-----------	------------------	------------------	------------------	------------------

CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2014	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2013	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2012	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2011
SOFTWARE	28.342.157,13	14.794.060,73	15.539.215,72	17.163.865,58
INTANGÍVEL	153.096.082,63	752.756,88	899.431,13	1.046.105,38
TERRENOS	1.890.212,49	1.890.212,49	1.890.212,49	1.890.212,49
BENFEITORIAS	5.823.585,15	1.967.999,40	1.145.573,24	150.099,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.347.628,72	17.677.531,00	18.895.065,60	20.220.520,68
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.128.047,18	4.117.810,15	3.044.102,01	3.035.111,77
HARDWARE	5.883.383,48	2.731.409,38	2.748.662,42	2.632.350,71
VEÍCULOS	5.264.268,25	4.853.263,04	3.177.438,63	3.401.907,41
EDIFICAÇÕES	10.928.929,95	10.452.112,22	8.845.165,20	7.841.566,55
INSTALAÇÕES	121.723.450,35	116.032.150,41	112.975.725,14	107.577.479,28
REDE DE GÁS	1.335.055.641,86	1.207.511.195,39	1.106.009.830,12	1.017.887.143,28
DIFERIDO	43.710.553,55	75.549.742,29	114.779.016,55	156.077.578,88

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Praça Mario Nazaré nº 15, 19, s/nº, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Presidente Vargas, nº 2610, Cidade Nova	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Pedro Jório nº 415, Acari	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Conde de Bonfim, nº 645 / Loja B, Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Procópio Ferreira, Lote 1, Vila Lage	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Estrada do Camboatá, Lote 02	Brasil	RJ	Queimados	Própria
Jd.Maracanã, QD 73 L.17, 18, 38, 39, 45;QD 91 L.1 a 4;QD 92 L.3, 4;QD 93 L.1,2	Brasil	RJ	Seropédica	Própria
Rua Hemenengarda nº 60, Loja 108, Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Av. Ayrton Senna, nº 1850 Loja M-N, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Visconde de Sepetiba, nº 935/ Loja 111/122/124, Centro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Dom Valmor, nº 383/Loja 8, Centro	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
Alameda São Boa Ventura, nº 520, Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Raimundo Correa nº 40 / Ljs. C-D - Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rod. Washington Luiz - KM 8755	Brasil	RJ	Dique de Caxias	
Estrada Rio Magé s / nº Km 6,5 (BR - 493)	Brasil	RJ	Itaboraí	
Rua Passo da Pátria nº 105 / Ljs. 13 e 14 Jardim 25 de Agosto	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Servidão de passagem das redes de gás (registrado como intangível)	Prazo da concessão - 30 anos	Término do prazo de concessão ou rescisão do contrato de concessão	Perda da concessão para distribuição de gás canalizado na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro), assegurado o direito à indenização pelos bens do ativo intangíveis não depreciados, calculada com base no valor dos ativos, no Plano de Contas da Companhia, de acordo com o contrato de concessão.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	42.124.693/0001-74	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Limpeza Urbana (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	41,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Comlurb, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,000088% do capital social. O total de 41 (quarenta e uma) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Comlurb, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	42.171.058/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento do turismo no município (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	640,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Riotur, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,001394% do capital social. O total de 409 (quatrocentas e nove) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Riotur, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
Serviços de Cogeração Carioca LTDA.	04.165.227/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Projeção, implantação, operação e manutenção de central de cogeração de energia, prestação de serviços correlatos e locação de equipamentos.	11,170000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	380.000,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A CEG possui 380 cotas da sociedade e visa a locação de equipamentos de cogeração de energia.								

9.2 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

9. Ativos Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia. A principal marca comercial está registrada sob o nº 821065041 no INPI e o seu pedido de prorrogação foi protocolado em 11.08.2011 através do nº 800110129055.

Em razão das políticas de mudança da marca da Companhia, que começaram a ser implementadas em 2011, previamente foi depositado – em 18.10.2010 – pedido de registro no INPI, sob o nº 903046563, da nova logo que será utilizada pela empresa, mediante cessão não-onerosa por parte da sua controladora, detentora da titularidade da marca.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2013**, ano com crescimento da economia global reduzido, o crescimento do PIB do Brasil ficou, pelo terceiro ano consecutivo, num patamar modesto (2,3%). Ainda assim, maior do que em 2012. No segundo trimestre de 2013, o Bacen iniciou uma política de aperto monetário visando conter a inflação, elevando a taxa básica de juros (Selic) de 7,25% (patamar mínimo histórico) a 10% anual. Também ajudaram a conter a inflação medidas adotadas pelo Governo no último trimestre de 2012, no setor elétrico (redução da tarifa elétrica) e à contenção de aumentos nos preços dos combustíveis por parte da Petrobras. Assim, o IPCA, fechou o ano em 5,91%, abaixo da meta teto do Governo (6,5%) e levemente acima do registrado em 2012 (5,84%). No setor elétrico, o consumo de energia no sistema integrado nacional (SIN) fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%) que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, com uma taxa de crescimento de 11,5%. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com avanço de 0,6% em comparação a 2012, alcançando 184,6 Gwh. A demanda deste setor demonstrou uma recuperação a partir do segundo semestre de 2013. O crescimento do consumo de energia pressionou os reservatórios das hidrelétricas, que iniciaram 2013 com os mais baixos níveis dos últimos dez anos. E, devido às chuvas mais fracas no fim de 2012 e no início de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisou acionar todas as térmicas do sistema. Assim, o preço de liquidação de diferenças (PLD) fechou o ano num patamar perto de 300 BRL/MWh com picos no começo do ano acima de 500 BRL/MWh. Esse foi o fator que colaborou para o crescimento das vendas de gás natural. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), em 2013 o consumo nacional de gás natural cresceu 17,8% frente a 2012, aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos. O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% com um consumo médio de 26,3 m³/d (milhões de metros cúbicos por dia). Sem considerar a geração elétrica, o consumo nacional de gás natural se manteve estável em relação a 2012, com pequena redução de 0,4%. Os segmentos residencial e comercial cresceram 9,2% e 4%, respectivamente. O volume distribuído para residências alcançou 1 milhão m³/d em todo país, enquanto o comercial chegou a 747 mil m³/d. Enquanto isso, o setor industrial fechou 2013 com a média nacional de consumo de 28,1 milhões m³/d, apresentando uma retração de 0,96% em relação a 2012, refletida pela desaceleração da atividade industrial. O uso do gás pela indústria para matéria-prima teve crescimento 2,06% frente ao ano anterior. Por outro lado, as vendas para o setor automotivo recuaram 3,67% devido a uma perda da competitividade em relação às naftas. A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,7% com investimento médio de R\$ 1,5 bilhão. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional no ano passado, com média anual de 44,5 milhões m³/d, 3,2% superior à verificada em 2012. O crescimento da demanda também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 80% em 2013, com regaseificação de um volume médio superior a 15 milhões m³/d. No final do ano ficou pronto um terceiro porto de regaseificação do GNL na Bahia, que adicionou uma capacidade de 14 milhões m³/d. As importações da Bolívia aumentaram em 14%, com um volume médio no pico contratual de 14 milhões m³/d. Conforme informação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a produção de petróleo e gás natural em novembro, no Brasil, foi de 2.578 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), sendo a produção de petróleo 2.081 Mbb/d (mil barris por dia). A área do Pré-sal, com 28 poços em operação, aportou 339,4 mil bbl/d de petróleo e 11,5 milhões de m³/d de gás natural, totalizando 412,0 Mboe/d. Vale lembrar que 92,1% da produção total do país é proveniente dos campos operados pela Petrobras. Em outubro de 2013, a ANP realizou o primeiro leilão do Pré-sal (a maior reserva de petróleo do Brasil) pelo modelo de partilha de produção do campo de Libra. O consórcio vencedor foi o único que apresentou uma proposta com um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, além do 41,65% do petróleo extraído. O consórcio é integrado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC. Também em 2013, ANP realizou a 12ª rodada de licitações para blocos de gás em terra. Foram oferecidos 240 blocos, dos quais 72 foram arrematados. A Petrobras foi a empresa que arrematou maior quantidade de blocos, num total de 49. De acordo com as últimas previsões feitas pela International Energy Agency (IEA), o Brasil deverá triplicar a sua produção de petróleo até 2035, alcançando uma produção de 6 milhões de bbl/d, tornando-se o sexto maior produtor do mundo.

Em **2014**, o Brasil experimentou outro ano sem crescimento, com uma variação positiva de apenas 0,1% anual. O PIB do setor industrial apresentou retração de 1,5% frente a 2013 segundo as Federações de Indústria, em razão das pressões inflacionárias (IPCA de 6,41% a.a.) que motivaram a progressiva elevação da taxa referencial de juros Selic (de 10% até 11,75%); da queda no salário real, afetando o consumo doméstico e, da fraca demanda externa, motivada por um menor crescimento da economia mundial. O Real sofreu desvalorização de 9,7% em relação ao dólar americano. O ano foi marcado pela organização da copa do mundo de futebol da FIFA e pelas eleições presidenciais no Brasil, eventos que afetaram a atividade industrial e adiaram decisões de investimento no setor. A presidenta Dilma Rousseff, reeleita, fez mudanças no seu gabinete econômico visando aplicar políticas de ajuste fiscal e aperto monetário para recuperar o ritmo de crescimento do país, com combate à inflação e aumento do investimento externo. Sem sucesso. Foi considerado o risco do país enfrentar um racionamento, devido ao baixo nível dos reservatórios de água. Contudo, no curso de 2014 não foram adotadas políticas restritivas ao consumo elétrico e de água, e o ano se encerrou com o nível dos reservatórios abaixo de 20% de sua capacidade (patamar inferior ao de 2001, quando houve racionamento). As usinas termelétricas foram acionadas praticamente o ano inteiro, elevando o preço da energia elétrica no mercado spot – o atingiu patamares recorde históricos com uma média semanal de 688 BRL/MWh, afetando a atividade de grandes consumidores industriais. O consumo de energia apresentou um crescimento de 2,2% somando 473,4TWh. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009. O pequeno aumento do consumo de energia foi puxado principalmente pelo consumo residencial (+5,7% a.a.), em razão, sobretudo, da instalação maciça de equipamentos de ar condicionado em moradias de regiões mais quentes do país. O consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com um recuo de 3,6% em decorrência da queda da atividade do setor metalúrgico. Influenciado pela geração termelétrica, o consumo de gás natural

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

no Brasil atingiu patamar recorde com uma média de 100 Milhões de m³/d. De acordo com dados da ABEGAS, o consumo nacional de gás natural cresceu 16,3% frente a 2013, sendo que o segmento de geração elétrica representou mais da metade do consumo total do país. Excluindo o segmento termelétrico, o consumo nacional de gás natural se manteve estável. O setor industrial fechou o ano com média de consumo de 28,5 mm³/d, apresentando uma variação de 1,1% em relação a 2013, impactado pela queda da atividade industrial. Já a demanda residencial sofreu os efeitos da crise hidrológica com uma retração de 3,9% em comparação com 2013, e o segmento comercial cresceu 2,96%. No setor automotivo as vendas de gás natural veicular (GNV) recuaram pelo sexto ano consecutivo com uma retração de 2,3%, porém se espera uma recuperação deste segmento no curto prazo devido ao ganho de competitividade frente aos outros combustíveis, principalmente a gasolina, que teve alta de preço ainda no final de 2014.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,3% chegando a 27,3 mil km. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional com média anual de 95 Milhões de m³/d, 16,6% superior à 2013. A produção nacional continuou impulsionada pelo desenvolvimento da área *off-shore* do pré-sal, que em dezembro aportou uma média de 23,6 Milhões m³/d. Este crescimento se deveu à produção associada ao petróleo no pré-sal, que também bateu recordes a partir da entrada em operação de novas sondas de perfuração e unidades de processamento flutuantes. Em dezembro, a produção doméstica total de petróleo atingiu 2.497 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), correspondendo 27% ao pré-sal, com 47 poços em operação. A Petrobras permaneceu o principal produtor de petróleo e gás, operando 92% da produção total de hidrocarbonatos do país. O crescimento da demanda de gás natural também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado cresceu 34% em 2014, com regaseificação de um volume médio superior a 20 mm³/d, com três terminais de operação no país (Guanabara, Pecem e Bahia). As importações da Bolívia se mantiveram em níveis máximos, com um volume médio de 33 Milhões de m³/d. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu início ao processo para leiloar, em 2015, o primeiro gasoduto a ser operado em regime de concessão, de acordo com a Lei do Gás. Neste primeiro projeto, deverá ser construído um gasoduto de apenas 11 km de extensão.

Em **2015**, o ano transcorreu num cenário desafiador para o Brasil e demais países da América Latina. A queda da demanda internacional de commodities afetou as rendas destas economias, pressionando principalmente as atividades exportadoras e as contas fiscais. Isto provocou uma depreciação generalizada da cotação das moedas, um fluxo de saída de capitais e um encarecimento do custo de dívida. No continente asiático, a matriz econômica da China, principal demandante das commodities exportadas pelo Brasil, passou por mudanças significativas, deixando de priorizar investimentos em infraestrutura e aumentando sua dependência do consumo doméstico. Esta reconfiguração levou a uma desaceleração do crescimento da economia do país com previsões de se estabilizar em patamares próximos a 6% – a metade do ritmo de dez anos atrás. Além disso, a recuperação da economia Norte Americana, que ocasionou a primeira elevação de juros básicos após dez anos pelo Federal Reserve, reflete em uma elevação do custo de dívida para economias emergentes como o Brasil. Neste contexto as exportações e os investimentos públicos e privados de países produtores de commodities da América Latina sofreram uma retração com impacto na atividade econômica.

Desta forma, o governo brasileiro adotou uma política visando a contenção do déficit fiscal e manteve o ritmo de arrocho monetário iniciado em 2014, buscando limitar a tendência crescente da inflação, que alcançou o patamar de 10,67%, em 2015, medida pelo IPCA. Porém, o déficit fiscal primário em 2015 foi recorde representando 1,88% do PIB. Diante da falta de medidas eficazes capazes de reduzir efetivamente o déficit fiscal, ao longo do ano as três agências internacionais qualificadoras de risco rebaixaram a nota de crédito do Brasil e tiraram o grau de investimento da dívida soberana.

A Petrobras, que impacta a atividade econômica do país, atravessa uma crise derivada de uma política de congelamento do preço da gasolina adotada pelo governo para controlar a inflação; da queda do preço do petróleo; de um elevado grau de alavancagem e ainda das investigações judiciais por irregularidades na contratação de serviços e realização de investimentos. Este contexto a forçou a reduzir seu plano de investimentos e adotar um programa de desinvestimentos em ativos não estratégicos, propagando o impacto da atividade e o estresse financeiro à atividade industrial do país de uma forma geral e ao ramo de construção civil, com empresas envolvidas nas referidas investigações.

Esta conjuntura aprofundou ainda mais a recessão econômica provocando uma queda de 3,8% do PIB do país.

No setor de petróleo e gás, a atual situação da Petrobras requer que o governo faça uma revisão das políticas chave para o desenvolvimento da indústria, como a regulação de conteúdo local; a possível operação de terceiros no Pré-sal e os desinvestimentos em áreas de gás e energia, trazendo assim, a oportunidade de ampliar a participação de agentes privados num setor onde a Petrobras tem mantido um monopólio.

Apesar, da conjuntura adversa e em função dos investimentos de longo prazo já realizados, o Pré-sal alcançou em Dezembro de 2015 o patamar recorde de 1,091 Mboe/d, representando 34,4% da produção total do país de 3,164 Mm³/dia que cresceu 2,2% frente a dezembro de 2014, segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP. Além disso, o Pré-sal também possibilitou a superação da marca de produção de 100 Mm³/dia de gás natural ao final do ano, embora praticamente a metade deste volume seja consumida na própria atividade de upstream. Por isso continuou sendo fundamental a importação de gás para fornecer ao mercado interno, com uma média de 32 Mm³/dia importada via gasoduto Brasil-Bolívia e a regasificação de 17,94 Mm³/dia de gás natural liquefeito (GNL), de acordo com o Boletim do Ministério de Minas e Energia.

Embora o preço do gás importado tenha acompanhado a queda do preço do petróleo, a depreciação do real e o fim da política de descontos praticados pela Petrobras reverteram esse impacto. Assim o preço médio da commodity praticado pela Petrobras teve no ano um acréscimo de 18% quando medido em reais. Do lado da demanda, o volume consumido de gás natural experimentou uma leve queda de 1,3% em 2015, alcançando uma média anual de 98 Mm³/dia. O segmento industrial, com uma demanda média de 43 Mm³/dia, recuou apenas 0,4% mostrando importante resiliência apesar da forte retração da atividade industrial no ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O mercado residencial/comercial teve um crescimento de 1,1% impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim se alcançou a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil com um incremento no ano de quase 8%. O segmento automotivo (GNV) se contraiu pelo sétimo ano consecutivo com uma queda de 3,2%, em decorrência da recessão econômica.

Exatamente como em 2014, o setor de geração elétrica manteve-se como o principal segmento da demanda de gás natural concentrando quase o 50% do volume total de vendas no país. E isto apesar da queda na demanda elétrica e como consequência da estratégia do governo de manter a geração termelétrica para recuperar os níveis dos principais reservatórios do país. Vale destacar que, no mercado elétrico, a demanda de energia em 2015 foi de 464 TWh com recuo de 2,1% frente ao 2014. A principal motivação desta retração esteve na demanda industrial que experimentou uma queda de 5,3% no ano.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural concluiu sua reorganização societária, e, desta forma, concentrou as ações da Companhia, que detinha, na empresa Gas Natural Internacional SDG S.A, não havendo nenhuma alteração no controle acionário da Companhia. (vide item 10.3.b). Desta forma, o quadro acima já aponta a nova composição acionária da Companhia.

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

Na AGOE realizada em 27 de abril de 2016 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, todas ordinárias, sem alteração do valor do capital social da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 200 (duzentas), passando o total do capital social a ser representado por 259.637.732 ações. Também em 2016 a controladora e operadora técnica da Companhia teve alterada sua razão social passando de Gas Natural Internacional SDG S.A para Gas Natural Distribución Latioamérica S/A.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. **O endividamento da empresa, que era de 42,3% em 2014, subiu para 43,2% em 2015**, em razão principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro:

Operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais, negociadas durante o ano. Essas linhas de crédito possuem um custo médio de captação de 104,0% do CDI e não tem garantias oferecidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2015 e teve, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 mil com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, o restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados (em milhares de reais):

	2014			2015		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	50.138	129.804	(79.666)	48.239	333.834	285.595
Não circulante	-	604.484	(604.484)	-	543.744	543.744
	<u>50.138</u>	<u>734.288</u>	<u>(684.150)</u>	<u>48.239</u>	<u>877.578</u>	<u>829.339</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2014 com um custo médio de captação de 105% do CDI (112% em 31 de dezembro de 2013).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Fn (*)	Lc (*)	2015		2014	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	69.961	310.000	11.282	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	110.750		1.882	80.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		26.972	38.719	57.444	65.400
Banco Santander S.A.		100%	54.590			44.284
ING Bank		100%	2.873	50.000	52.281	
Banco do Brasil S.A.		100%	68.233	44.800	6.915	104.800
Banco Intesa San Paolo		100%		40.225		
Banco Scotiabank		100%	455	60.000		
Total empréstimos e financiamentos			<u>333.834</u>	<u>543.744</u>	<u>129.804</u>	<u>604.484</u>

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com o banco BNDES:

Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- ii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2016		261.001
2017	326.650	329.231
2018	<u>217.094</u>	<u>14.252</u>
	<u>543.744</u>	<u>604.484</u>

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016, seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16,1 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou novo financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013 e vencimentos em 2015 e 2016.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida: As receitas líquidas da Companhia em 2015 foram de R\$ 3.728.091 mil, o que representou um aumento de 6%, com relação a 2014, quando somaram R\$ 3.524.104 mil. Este resultado positivo decorreu do aumento na base de clientes da Companhia, principalmente nos seguimentos residencial e comercial, com incrementos de 3,6% e 4,8% no total de clientes.

Lucro Bruto: O lucro bruto, em 2015, chegou a R\$ 946.788 mil, observando-se um aumento de 1% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 940.108 mil), o que representa uma margem bruta de 25,39%, mantendo-se praticamente em linha com a margem apresentada em 2014 (26,67%), portanto com uma redução de apenas 1,28% na margem bruta frente ao ano anterior. Esse resultado se mostra bastante positivo considerando-se o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015, no decorrer do qual, apesar do aumento de clientes nos seguimentos residencial, comercial e de GNV, foram desligados 16 clientes industriais.

Lucro Operacional: A Companhia encerrou o ano de 2015 com um lucro operacional de R\$ 517.619 mil, com uma redução de R\$ 13.887 mil frente a 2014, quando o lucro operacional foi de R\$ 531.503 mil. Esse índice apresentou uma queda de 3% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou 2015 em R\$ 284.392 mil, o que representa uma redução de R\$ 36.536 mil, ou seja, 11% inferior a 2014.

Resultado Financeiro: A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2015 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de elevação da taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 11,75% para 14,25%, em dezembro de 2015.

A Companhia apresentou em 2015 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela elevação da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida.

O resultado financeiro apresentou, em 2015, o valor negativo de R\$ 101.419 mil, frente ao valor negativo de R\$ 59.162 em 2014. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2014, subiu para 43,2% em 2015.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2014	2013	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.524.104	3.117.739	406.365	13,03%
Lucro bruto	940.108	950.984	-10.876	-1,14%
Lajida (Ebitda)	630.805	645.875	-15.070	-2,33%
Lucro operacional	531.506	544.278	-12.772	-2,35%
Lucro líquido do exercício	320.928	341.258	-20.330	-5,96%
Margem Bruta	26,67%	30,50%		-12,56%

Lajida (Ebitda): A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$626.192 mil do ano de 2015 manteve-se praticamente em linha com o resultado obtido em 2014, apresentando uma pequena redução inferior a 1% frente a ano anterior, apesar da crise econômica atravessada em 2015.

LAJIDA	2015	2014	Varição(R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	626.192	630.805	(4.613)	-0,73%
Lucro líquido do exercício	284.392	320.928	(36.536)	-11,38%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	131.808	151.415	(19.607)	-12,95%
Depreciação e amortização	108.572	99.299	9.273	9,34%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.2 Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Em 31 de março de 2015 foi firmado o aditivo nº 10 ao contrato vigente de fornecimento de gás de longo prazo com a Petrobrás, com prazo de vigência até 31.12.2019.

As modificações introduzidas por este aditivo são: (i) redução de 4,3% a partir de 01.06.2015 da Quantidade Diária Contratual (QDC); (ii) redução de 1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 01.06.2016; (iii) redução de 1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 01.06.2017; e (iv) inclusão da cláusula da vedação ao nepotismo e das práticas anticorrupção.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2015 não houve pagamento de TOP.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2013**, os resultados operacionais foram positivamente impactados pelo maior despacho das termelétricas, gerando um incremento de 75,1% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2012, totalizando 7.675,9 mil metros cúbicos por dia, em 2013. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.942,8 mil metros cúbicos, ou seja, 33% acima do ano anterior. As vendas de gás para o mercado convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram queda de 7,1% em relação ao mesmo período de 2012, impactadas principalmente pela queda de vendas à indústria, que apresentou redução de 15,2%. Ao final de 2013 foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, no qual a Agenersa definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%. Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, tais efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo TJERJ até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar ficou determinada a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em **2014**, a entrada em vigor das novas tarifas fixadas pela Agenera a partir de 01/01/2014, resultou numa maior competitividade principalmente no mercado comercial, que apresentou incremento de 2,0% no volume de vendas (mil m³/dia). Contudo, com a redução da margem sobre a venda de gás determinada pela Agência Reguladora, o resultado da Companhia foi diretamente e negativamente impactado, se comparado ao ano anterior (vide item 10.1.h acima). Além disso, o mercado industrial apresentou retração de 3,0% no volume de vendas (mil m³/dia), em razão da desaceleração da produção industrial observada ao longo do ano, que enfrentou crises política e econômica. Os mercados residencial e GNV também apresentaram retração (3,0% e 1,1% respectivamente). Ainda assim, a Companhia vendeu em 2014 um total de 14.758,9 Mm³/dia de gás natural, ou seja, 23,6% a mais do que no ano anterior, quando as vendas de gás diárias somaram 9.031 Mm³/dia de gás natural. Esse aumento se deu, sobretudo, em razão das vendas para o mercado termelétrico, resultado da crise hídrica que motivou o acionamento de todas as termelétricas situadas na área de concessão da CEG, ao longo de todo o ano.

Em **2015** O número total de clientes da companhia em 2015 soma 873.585, havendo um aumento de 3,6% com relação a 2014. Desta forma, apesar do cenário adverso observado em 2015, que afetou de forma mais severa o seguimento industrial, a Companhia manteve o seu ritmo de crescimento. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 14.339,7Mm³/dia, apresentando uma redução de -2,8% frente a 2014 quando somaram 14.758,9 Mm³/dia. Esse impacto negativo decorreu principalmente do cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial, o consumo de energia elétrica também foi afetado. As vendas para a indústria e para as termelétricas sofreram reduções respectivamente de -4,1% e -3,0%. As vendas para o mercado residencial também apresentaram redução de -3,2% frente a 2014. Assim, as vendas diárias de gás para o mercado convencional – excluídas as vendas para geração elétrica – totalizaram 4.090,5 Mm³/dia, apresentando queda de -2,4% em relação ao ano anterior. Apenas o seguimento comercial, que teve aumento de 0,3% das vendas, manteve-se basicamente em linha com o ano anterior. Neste caso, vale lembrar que principalmente para este seguimento, as tarifas tornaram-se mais competitivas após aplicação da redução, a partir de 2014.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Em **2013**, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no 1º trimestre de 2013 foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2012. Ainda em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%. Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

A partir de 01 de janeiro de **2014** entraram em vigor as novas tarifas fixadas pelo órgão regulador, com a redução na margem das vendas de gás. Além disso, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014. A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 30,8% em 2013, subiu para 42,3% em 2014. O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

Em **2015**, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2015 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de elevação da taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 11,75% para 14,25%, em dezembro de 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia apresentou em 2015 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela elevação da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2015, o valor negativo de R\$ 101.419 mil, frente ao valor negativo de R\$ 59.162 em 2014. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2014, subiu para 43,2% em 2015.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2004 e 2005, a Companhia assinou dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em 2009, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011, 2012 e 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005, e, concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio dos sistemas GNC e GNL a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os municípios mencionados naqueles aditivos.

Em 2015 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve efeito relevante na composição acionária da companhia nos exercícios anteriores a 2013.

Acionista	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, na forma da qual, a empresa Gas Natural SDG S.A (que é detentora de 100% das ações da Gas Natural Internacional SDG S.A) transferiu sua ações detidas na CEG, integralmente, para a empresa Gas Natural Internacional SDG S.A – sua subsidiária integral.

Assim, a Gas Natural SDG S.A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista da Companhia e a empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na CEG, concentrando a participação do grupo.

Não houve alteração no quadro de administradores da Companhia, mantendo-se a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários no Conselho de Administração. Portanto, tal alteração não representa nenhum efeito relevantes para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões.

Na AGOE realizada em 27 de abril de 2016 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, todas ordinárias, sem alteração do valor do capital social da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 200 (duzentas), passando o total do capital social a ser representado por 259.637.732 ações. Também em 2016 a controladora e operadora técnica da Companhia teve alterada sua razão social passando de Gas Natural Internacional SDG S.A para Gas Natural Distribución Latinoamérica S/A.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

c. eventos ou operações não usuais

Em 2013: A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento. No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas. Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero. As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito será dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina.

Em 2014: Transitou em julgado decisão do STJ, favorável à Companhia, declarando a ilegalidade da cobrança, pelo Município do Rio de Janeiro, da taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo, instituída através da Lei Municipal nº 4017/2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007. A cobrança resultava em uma obrigação mensal para a companhia no valor de R\$ 998 mil, com base no Decreto nº 28.887/07, que determinou a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás. Apesar da ação judicial em curso, em dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados a partir de julho de 2009 (pagamento já efetuado). Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. Em maio de 2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, a Companhia estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio de 2014, cessando o pagamento em junho de 2014, em razão da decisão favorável.

Em **2015** não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em **2013**, a seguinte nova interpretação de norma foi aplicável: IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme Nota 22, divulgada nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

As seguintes novas interpretações de norma foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

A seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de **2014** :

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Em **2015** não houve alterações relevantes nas práticas contábeis, que poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

10.5 - Políticas contábeis críticas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Reconhecimento da receita de venda de gás: Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 197.318 (R\$ 217.974 em 31 de dezembro de 2014).

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais: Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias. Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 68.853 (R\$ 52.713 em 31 de dezembro de 2014).

Vida útil do ativo intangível: A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

Provisão para contingência: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como; i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos. iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços ; iv. contratos de construção não terminada ; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos; b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando á Companhia as hipóteses descritas neste item.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Em 2015, foram investidos na operação da Companhia R\$ 266.915 mil, montante 16,7% superior ao mesmo período do ano anterior, no qual o total dos investimentos operacionais correspondeu a R\$ 174.972 mil.

Quase a metade desses investimentos, R\$ 133.051 mil (49,8% do total), foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes. Tais investimentos incluem os remanejamentos de redes necessários às obras do Corredor T5 do BRT e da instalação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Incluem, também, a finalização de obras do reforço de redes no anel metropolitano, iniciadas em 2014.

Os investimentos em Expansão de Redes - num total de R\$ 106.185 mil - representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos, que são compostos, em menor parte (R\$ 26.679 mil) por investimentos em tecnologia da informação, frota de veículos e instalações. Os investimentos em expansão das redes de média e baixa pressão foram significativos para o incremento dos cerca de 30 mil novos clientes, sobretudo residenciais, e também comerciais e de GNV. A maior parte dos investimentos realizados em instalações se deu com o remanejamento da Estação de Regulagem e Medição – ERM, localizada na sede operativa da Companhia, em São Cristóvão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito como o BNDES e captação de recursos também junto a bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2008, 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

Em 2010 foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Entre 2012 e 2015 não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8 - Plano de Negócios

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio.

As atribuições dos órgãos da Administração da Companhia é definida no Estatuto social, não havendo regimentos interno aprovado para cada órgão e não havendo comitês estatutários.

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto,
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembléia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembleias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembléia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instalado em cada Assembleia Geral Ordinária de acionistas, realizada sempre no final do mês de Abril de cada ano.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social. Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir. Não há outros comitês instalados na Companhia.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições da Diretoria, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e é acompanhada pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

Diretoria Comercial:

Consumo e Soluções: Avaliação e manutenção das bases de dados do mercado potencial, para cada zona e segmento de mercado. Realização do seguimento da atividade comercial e dos objetivos de cada zona e segmento de mercado, assegurando os objetivos de crescimento e rentabilidade. Captação e colocação em serviço dos produtos de soluções energéticas no âmbito nacional garantindo os objetivos comerciais e de rentabilidade. Captação e colocação em serviço de novos fornecimentos no mercado industrial e gás natural veicular. Coordenação das atividades comerciais em cada âmbito geográfico.

Residencial e Pequenas e Médias Empresas: Avaliação e manutenção das bases de dados do mercado potencial, para cada zona e segmento de mercado. Realização de pesquisas de mercado para os segmentos e zonas. Realização de seguimento da atividade comercial e dos objetivos de cada zona e segmento de mercado, assegurando os objetivos de crescimento e rentabilidade. Segmentação dos mercados, desenho das ofertas comerciais, realização da gestão e implementação das políticas de desenvolvimento de canais comerciais. Desenvolvimento de campanhas de captação comercial para cada segmento identificando as necessidades de comunicação comercial e pesquisas de mercado nas distintas zonas. Maximização do valor da carteira de clientes gerindo a conta de resultados dos produtos liberalizados e centros de atenção para o segmento residencial e de pequenas e médias empresas. Operações de produtos liberalizados, gerindo através da Gas Natural Serviços, incluindo as inspeções da revisão técnica regulamentar, realizadas por GNS.

Diretoria de Gestão de Rede: Planificação da expansão, operação e manutenção da rede de gás, maximizando a rentabilidade dos ativos e otimizando a arquitetura e o dimensionamento da rede. Implantação e garantia do cumprimento das políticas de qualidade, segurança e meio ambiente do Grupo nos processos de distribuição. Exploração da rede de gás, gestão dos centros de atendimento de urgências e realização do dispatching e previsão da demanda. Revisão e atualização da normativa e da garantia de qualidade nas áreas de atividades de distribuição de gás, conforme os critérios do Grupo, desenho, gestão e execução dos projetos, de construção de alta pressão, proteção da rede, city gates, estações reguladoras e elementos auxiliares do sistema de Distribuição de Gás. Constrói os ramais e instalações de clientes industriais e estações de serviço de gás natural veicular assim como as de gás natural comprimido

Diretoria de Operações: Consecução dos objetivos de crescimento dos pontos de fornecimento e demanda de gás, através da gestão e materialização em campo das atividades de captação e colocação em serviço de pontos de fornecimento de gás. Execução e cumprimento do plano de manutenção da rede fixado pelo Gestor de Rede, bem como pelo atendimento de urgências para todas as zonas de distribuição. Operações domiciliares. Aplicação da execução dos planos comerciais em campo cumprindo com os objetivos fixados, fazendo uso dos recursos e políticas definidas pela unidade Comercial, gestão e coordenação do processo de obtenção de licenças de construção de redes de gás e da gestão social nas comunidades onde o Grupo tem interesses de negócio, em coordenação com as diferentes unidades do Grupo.

Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação: Liderar as negociações com os reguladores locais, estatais e Federais, nos processos de revisão tarifária, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerir e otimizar os aprovisionamentos de energia conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

Diretoria de Compras, Prevenção e Serviços Gerais: É responsável pelo cumprimento das políticas, modelo operacional e da metodologia, no âmbito de compras, logística, homologação e qualidade de fornecedores. Também se responsabiliza por velar pelo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

cumprimento das políticas gerais e princípios de saúde, prevenção de riscos trabalhistas, meio ambiente e garantia da qualidade. Trata da gestão dos contratos com fornecedores de serviços gerais, da adequada exploração e funcionamento operacional. Gerencia e aperfeiçoa o patrimônio, assim como as aquisições, locações e vendas de imóveis. Analisa a necessidade e coordena o desenvolvimento de grandes reformas nos imóveis.

Diretoria de Pessoas, Organização e Cultura (RH): Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Pessoas, Organização e Cultura nos âmbitos de Relações Trabalhistas, formação, Serviços de Pessoas, Organização e Cultura, remuneração e previdência privada, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos.

Diretoria de Serviços Jurídicos: Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir atuação em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

Diretoria econômico Financeiro e de Relações com Investidores: Responsável pela implementação de políticas do Grupo em temas Financeiros, Fiscais, Contábeis e de Controle de Gestão, levando em conta as particularidades locais do país. Responsável pelo atendimento do papel econômico e financeiro para todas as sociedades da empresa.

Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

A Companhia destaca, inicialmente, que que não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação com edição nacional eleitos pela Assembleia de Acionistas (O Globo, Jornal do Commercio ou Valor Econômico) e, no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para as assembleias é publicada com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas a todos os acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia e que possuem representação no Conselho de Administração.

b. competências

As atribuições da Assembleia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses da cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei n° 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembleia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral;
- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei n.o 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Presidente Vargas nº 1001, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

A Companhia mantém na rede mundial de computadores o site www.gasnaturalfenosa.com.br que possui uma página específica para divulgação de informações e atendimento aos acionistas da Companhia, disponibilizando inclusive o e-mail de contato investidoresceg@gasnaturalfenosa.com

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Para aprovação das matérias em Assembleia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia e, ainda, os disponibiliza na citada página na rede mundial de computadores.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Recepção da procuração simples, dispensados o reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada, na sede da Companhia, para representação do acionista, preferencialmente com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembleia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico. São aceitas procurações apresentadas no ato do conclave.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A Companhia ainda não adota o procedimento de voto à distância estando obrigada ao cumprimento deste procedimento somente a partir de 1º de Janeiro de 2018. Desta forma, não há procedimentos previstos a respeito deste item.

h. e a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

A Companhia ainda não adota o procedimento de voto à distância estando obrigada ao cumprimento deste procedimento somente a partir de 1º de Janeiro de 2018. Desta forma, não há procedimentos previstos a respeito deste item.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Contudo, a Companhia possui mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas. A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e frequente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias, este contato é feito através da área de RI, diretamente por telefone ou reuniões presenciais. Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações relativas ao procedimento de voto a distância, tendo em vista que A Companhia ainda não adota o procedimento de voto à distância estando obrigada ao cumprimento deste procedimento somente a partir de 1º de Janeiro de 2018.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando: a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias; b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho; c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

As regras relativas ao Conselho de Administração estão previstas no Estatuto Social da Companhia e foram descritas na íntegra no item 12.1 acima deste Formulário de Referência.

De acordo com o Estatuto, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia. Em 2015 foram realizadas 05 reuniões do Conselho de Administração, convocadas nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia. Não havendo uma agenda anual predeterminada, e nem a previsão estatutária desta hipótese, a Companhia não classifica as reuniões do Conselho como ordinárias ou extraordinárias.

Como política de bom relacionamento e adotando boas práticas de governança corporativa, visando assegurar a máxima transparência das informações, participação e representação ampla dos acionistas, inclusive minoritários, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas com participação acionária acima de 02% (dois por cento), obtendo um relacionamento próximo e frequente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações e propostas, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias. Além disso, previamente às Reuniões do Conselho de Administração, realiza uma reunião com o objetivo de informar previamente sobre os temas que serão pautados na reunião do Conselho de Administração. Esta reunião tem sido realizada com antecedência média de 15 (quinze) dias da data da reunião do Conselho de Administração.

Conforme já descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, em 27 de Abril de 2000, foi firmado um acordo de acionistas. O acordo, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado. Assim, nos termos do acordo de acionistas, é assegurado ao acionista BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR exercer o seu direito de voto de modo a eleger 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados, e, de requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a eleger 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente.

Tendo em vista a adoção, nos últimos anos, da regra do voto múltiplo prevista no artigo no art. 141 da Lei 6.404/76, o acionista BNDESPAR tem tido assegurado o direito a eleger 04 (membros) ao Conselho de Administração da Companhia, que tem funcionado com 12 (doze) membros, respeitando-se o acordo de acionista. O acordo estará vigente enquanto o BNDESPAR detiver ao menos 10% (dez por cento) das ações da Companhia.

Casos de conflitos de interesse serão tratados individual e pontualmente pelo Conselho de Administração não havendo regra estatutária prevista.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

No estatuto da Companhia não há cláusula compromissória para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
KATIA VALVERDE JUNQUEIRA 908.884.487-91	17/09/1960 Advogada	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Serviços Jurídicos	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
KATIA BRITO REPSOLD 028.239.027-83	05/01/1971 Engenheira	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Gestão de Rede	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA 545.521.257-53	22/01/1960 Contador e Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Serviços Compartilhados	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
DANIELE VIANA TOVAL CONRADO 079.971.577-86	10/12/1977 Psicóloga	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Recursos Humanos	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
SERGIO SOARES DOS SANTOS 459.379.237-15	19/05/1957 Engenheiro Mecânico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Planejamento, Ingressos e regulação	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
MIGUEL MARCELO NAPOLITANO 027.043.778-98	07/09/1963 Tecnólogo Mecânico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
SERGIO MANOEL ARANDA MORENO 060.484.797-19	27/01/1959 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	0 99.99%
FRANCISCO SOLBES PONS 000.000.000-00	10/02/1964 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%
JUAN MANUEL OTOYA ROJAS 000.000.000-00	08/07/1965 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
JOSÉ PAIS RANGEL 239.775.667-68	09/09/1940 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	0 0.00%
JOSE JOÃO ABDALLA FILHO 245.730.788-00	30/05/1945 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	0 0.00%
ADRIÁN OSVALDO VILA 000.000.000-00	21/11/1966 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	0 0.00%
PEDRO IGNACIO BERNAL 000.000.000-00	Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	0 0%
FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA 000.000.000-00	22/12/1948 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%
VICENTE DE ANGEL ZAFRA 062.586.487-54	24/04/1957 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
PETER DVORSAK 300.022.657-53	26/06/1950 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	1 0.00%
SONIA JULIA SULZBECK VILLALOBOS 022.306.678-82	06/06/1963 Administradora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	1 0.00%
CARLOS EDUARDO LESSA BRANDÃO 797.788.527-15	12/08/1959 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	1 0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ANTONI ALMELA CASANOVA 054.099.587-80	26/11/1957 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	1 0.00%
ALBERTO GONZALES SANTOS 000.000.000-00 Diretor Geral	12/03/1966 Engenheiro	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 39 - Outros Conselheiros / Diretores Diretor Geral	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	1 0.00%
BRUNO ARMBRUST 676.200.607-82	06/02/1961 Arquiteto	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA 551.773.957-15	02/07/1960 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	21/03/2016 21/03/2016	20/03/2017 Sim	0 0.00%
CARLOS MIRAVENT PI 000.000.000-00 Conselheiro de Administração Suplente	11/10/1962 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 39 - Outros Conselheiros / Diretores Conselheiro de Administração Suplente	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%
RENATA BEZERRA CAVALCANTI 374.778.977-34	10/05/1951 Engenheira	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 39 - Outros Conselheiros / Diretores	20/12/2016 20/12/2016	26/04/2017 Não	0 0.00%
RENATO ACHUTTI 334.651.420-04	02/05/1957 Engenheiro	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2016 27/04/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%
FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA 028.532.207-96	01/09/1972 Advogado	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2016 27/04/2016	26/04/2017 Sim	0 0.00%
MANOEL EDUARDO LIMA LOPES 046.227.237-00	07/07/1943 Contador	Conselho Fiscal 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2016 27/04/2016	26/04/2017 Não	0 0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

PAULO ANDRADE RODRIGUES	19/01/1947	Conselho Fiscal	27/04/2016	26/04/2017	0
093.083.427-53	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2016	Sim	0.00%
RONALDO DIAS	09/12/1946	Conselho Fiscal	27/04/2016	26/04/2017	0
221.285.307-68	Bancário	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2016	Não	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

KATIA VALVERDE JUNQUEIRA - 908.884.487-91

Brasileira, nascida no RJ em 17/09/60, inscrita na OAB – RJ 49.997, formada em Direito pela Universidade do Estado do RJ – UERJ, em 1984. Ingressou no Grupo GNF em 1998 como advogada sênior, galgando os cargos de Chefe de Serviços Regulatórios e, posteriormente, Gerente de Assuntos Regulatórios, atuando, desde 2009, como Diretora de Assuntos Jurídicos do Grupo GNF no Brasil. Possui Pós Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental – UCAM – 2010, MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões - FGV-RJ –2002 e Pós Graduação Lato Sensu com Docência em Direito Empresarial - INSTITUTO METODISTA BENNETT – 1998. Profissional Certificada com Ênfase em Administração, pelo ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Membro Titular do Conselho Deliberativo da GASIUS - Instituto de Seguridade Social da CEG, desde 2007. Membro do Comitê de Ética da CEG desde 2009. Antes de ingressar no Grupo, trabalhou como Gerente Jurídica na TVX Participações Ltda. e como advogada sênior na Cia. Atlantic de Petróleo e na Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, além de ter atuado também em escritórios de advocacia. Possui diversos cursos de extensão, dentre eles, Programa de Formação para Comitês de Dirección de Latinoamérica – IESE – Business School de La Universidad de Navarra / España, 2010; Processo Civil Contemporâneo: Uma Visão Prática e Estratégica – FGV, 2009; Programa de Desarrollo Gerencial – Gas Natural SDG, S.A., 2006; Curso de Extensão em Direito da Energia Elétrica – UCAM, 2006; Direito da Empresa – UERJ, 2004; Desenvolvimento em Gestão Empresarial – ISE - Instituto Superior da Empresa 2003. Atualmente é Presidente da Comissão da OAB/RJ dos Juizados Especiais Estaduais do RJ, nomeada em 2013, e integra Grupo de Trabalho Interinstitucional TJRJ e OABRJ, instituído pelo Ato Executivo 335/2014 do TJRJ, para debate de melhorias das condições dos Juizados Cíveis do RJ. Palestrante e autora de artigos jurídicos.

KATIA BRITO REPSOLD - 028.239.027-83

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA - 545.521.257-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1960, é formado no Curso de Ciências Contábeis e Administração, pela Faculdades Integradas Celso Lisboa - FICL, concluiu em Março de 1995 uma Pós Graduação Lato Sensu em Contabilidade para Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu em 2003 um MBA em Desenvolvimento em Gestão Empresarial – DGE (ISE/ IESE Business School), concluiu em 2005 um MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdades Integradas Candido Mendes, e atualmente está participando do Programa Avançado Gerencial AMP (ISE/ IESE Business School), com previsão de término agora em Dezembro de 2012.

Atuou em grandes empresas do segmento de petróleo e gás por quase 20 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Serviconfort (atualmente Gas Natural Serviços), em 2001 no cargo de Coordenador Administrativo Financeiro, sendo transferido para CEG no ano de 2003, onde assumiu a Gerencia de Administração e Fiscal (Contabilidade e Consolidação), passando em 2007 à Gerencia de Controle de Gestão (Controller), sendo indicado ao cargo de Diretor de Serviços Compartilhados.

DANIELE VIANA TOVAL CONRADO - 079.971.577-86

Nascida na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1977, é formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2007 e concluiu em 2011 um Programa de Desenvolvimento Gerencial no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School).

Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, CEG, em 2000 no cargo de Especialista em Recursos Humanos, trabalhou nas diversas áreas de RH tais como desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e organização. Assumiu a Gerência de Desenvolvimento de RH em 2007 e em 2012, foi indicada ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.

SERGIO SOARES DOS SANTOS - 459.379.237-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Fundação Técnico- educacional Souza Marquez , possui MBA em Gestão de Energia pela FGV e em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ. Atuou por 20 anos na antiga Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro, privatizada em 1997, e na qual permaneceu até 1999, no cargo de Gerente de Grandes Clientes, trabalhou nos dois anos seguintes na área de gás e energia da Enron do Brasil, como Gerente Técnico, em 2001 regressou ao Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, no cargo de Gerente de Gestão do Mercado elétrico, passando pelas posições de Gerente de Aprovisionamento de Gás, Regulação e Tarifas e Gerente de Compras de Energia, posição que ocupou até ser indicado ao cargo de Diretor de Planejamento Ingresso e Regulação.

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO - 027.043.778-98

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São

Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG

no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

SERGIO MANOEL ARANDA MORENO - 060.484.797-19

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

FRANCISCO SOLBES PONS - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

JUAN MANUEL OTOYA ROJAS - 000.000.000-00

Nasceu em Popayán, Colômbia, em 08.07.1965. Passaporte Nº 79355999, expedido pelo Governo da Colômbia. Formado em Direito pela Universidade La Sabana, de Bogotá, Colômbia. Outros cursos: Universidad de Dundee: Direito, Política e Economia dos Recursos Naturais, com ênfase em Direito Petrolero, Dundee, Escócia, em 1994. Universidad de los Andes, Gestão Pública e Instituições Administrativas, Bogotá, D.C., 1996. INALDE, Programa de Desenvolvimento de Direção, PDD, Bogotá, D.C., 2.000. Ingressou no Grupo Gas Natural no ano 1999 na área de Serviços Jurídicos: Diretor de Serviços Jurídicos e secretário-geral, das empresas colombianas, filiais ou subsidiárias da Gas Natural SDG da Espanha, inicialmente na Colômbia, posteriormente Colômbia e América Central, para o grupo Gas Natural Unión Fenosa e, atualmente, América Latina. Atualmente é Diretor de Serviços Jurídicos para a América Latina.

JOSÉ PAIS RANGEL - 239.775.667-68

Nascido em setembro de 09.09.1940. CPF/MF n.º 239.775.667-68. Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou no Banco Central do Brasil entre 1961 e 1991. Foi Coordenador do Projeto do Sistema SELIC no Mercado Financeiro Brasileiro, e assessor da Comissão Especial de Desestatização – SEPLAN – da Presidência da República. Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A. Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A. (cargo atual). Admsitrador de Fundo de Investimentos credenciado pela CVM. Gestor do Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (patrimônio líquido R\$ 3 bilhões) (cargo atual). Membro do Conselho de Administração da Dinâmica Energia S.A. Diretor da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial (cargo atual). Fundador e Membro do Conselho de Curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada. Coordenador do Programa de Desestatização de empresas de capital aberto controladas pelo Banco Central do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Cia. América Fabril. Membro Titular do Conselho de Administração da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

JOSE JOÃO ABDALLA FILHO - 245.730.788-00

Nascido em São Paulo em 30.05.1945. CPF/MF sob o nº 245.730.788-00. Economista formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, banqueiro e empresário em diversos ramos de atividades, tais como: mineração, imobiliários entre outros. Atua como Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. e Socal S. A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial.

ADRIÁN OSVALDO VILA - 000.000.000-00

Nascido em Buenos Aires, Argentina, em 21/11/1966. Formado em Engenharia Industrial pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Participou dos programas Changing the Game em 2015 da Harvard Business School Negotiation; Global CEO Program, Organizational Leadership em 2013 da IESE Business School University of Navarra e Programa de Alta Dirección em 2011 da IAE Business School. Atualmente ocupa o cargo de Vice Presidente Comercial da Pluspetrol Energy, com passagem por diversas áreas das empresas do Grupo Pluspetrol, onde ingressou em 2009.

PEDRO IGNACIO BERNAL - 000.000.000-00

Nascido em 1967, na Argentina, é formado em Engenharia Industrial pelo Instituto Tecnológico de Buenos Aires (ITBA), com mais de 10 anos de experiência na indústria de Óleo e Gás, desenvolvendo vários projetos na Pluspetrol, onde atualmente é Gerente de Desenvolvimento de Negócios.

FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA - 000.000.000-00

Nascido em Barcelona, Espanha, em 22.12.1948, portador do passaporte AB855873 emitido pelo Governo de Espanha, formou-se em direito pela Universidad de Barcelona em 1970. Ingressou no grupo Gas Natural Fenosa em 1978 tendo ocupado o cargo de Diretor de Serviços Jurídicos, Societários e Internacionais de 1997 a 2010. Ocupa o cargo de Conselheiro de Administração em diversas empresas do grupo em Marrocos, Itália e Holanda e Brasil. Está sendo reconduzido ao cargo de Conselheiro de Administração da CEG que ocupou de 2005 a 2010.

VICENTE DE ANGEL ZAFRA - 062.586.487-54

Nascido em Madrid, Espanha, em 24/04/1957. Passaporte nº XDA375889. Arquiteto formado pela Universidad Politecnica de Madrid, é também graduado em negócio energético pela Universidad Pontificia de Comillas/ICADE, possui curso de direção e Marketing pelo Club de Dirigentes de Marketing (Madrid) e curso do Programa de Desarrollo Directivo pelo IESE – Escuela de Negocios (Espanha). Ingressou no Grupo Gas Natural em 1988, onde ocupou cargos de Diretor Comercial e Diretor Técnico nas empresas do Grupo na Espanha, México e Argentina, sendo indicado para o cargo de Diretor de Operações da CEG.

PETER DVORSAK - 300.022.657-53

Mini Currículo (em anexo segue o currículo): Formado em Engenharia Química (UFRJ), MBA Executivo pela COPEAD/UFRJ, Aprofundamento em Finanças pela IAG/PUC, Engenheiro concursado do BNDES por 36 anos, tendo se aposentado em 2009, exerceu diversos cargos no BNDES e BNDESPAR (Consultor Técnico, Superintendente/BNDESPAR e Chefe de Departamento) e como Diretor Presidente da Usiminas Mecânica S/A (1991/92) e da Cia de Celulose da Bahia (1988/89), Diretor da Companhia Nordeste de Participações - CONEPAR (1996/98). Participou no Conselho de Administração de 14 empresas sendo as últimas duas a Lupatech S/A (2011/12) e a JBS S/A (2010/2013).

SONIA JULIA SULZBECK VILLALOBOS - 022.306.678-82

Nascida em São Paulo em 06/06/1963, é sócia-fundadora da Villalobos Consultoria Ltda. Participa, como titular, do Conselho de Administração da Telefônica do Brasil e, como suplente, do Conselho de Administração da Usiminas. Além disso, é professora de disciplinas de finanças nos cursos de pós graduação do Insper. Até o final de 2015, como sócia da Lanin Partners LLC, fazia gestão de fundos long/short de ações latino-americanas. Entre 2005 e 2009, morando em Santiago, Chile, foi Gerente de Fondos de América Latina, administrando fundos mútuos e institucionais da Larrain Vial AGF. De 1996 a 2002, foi responsável por investimentos de Private Equity no Brasil, Argentina e Chile para a empresa Bassini, Playfair & Associates, LLC, tendo participado de vários Conselhos de Administração de empresas como TAM Linhas Aéreas e Método Engenharia. Antes disso, a partir de 1989 foi Head of Research do Banco Garantia. Sonia se formou em Administração Pública pela EAESP/FGV em 1984 e se tornou Mestre em Finanças pela mesma instituição em 2004. Ela foi a primeira pessoa a receber a certificação CFA na América Latina, em 1994 e foi Presidente da CFA Society Brazil, associação sem fins lucrativos que congrega os cerca 800 profissionais que possuem a certificação CFA (Chartered Financial Analyst) no país.

CARLOS EDUARDO LESSA BRANDÃO - 797.788.527-15

Nascido em Minas Gerais em 12/08/1959, é graduado em engenharia civil, com mestrado em planejamento energético, MBA executivo em finanças e doutorado em história e filosofia da ciência. É administrador de recursos de terceiros autorizado pela CVM e conselheiro de administração certificado pelo IBGC. Desde 2013 atua como conselheiro: Empreendimentos Itahyê (2013-2014), Fundo Ethical (desde 2014) e Santa Ângela Urbanização e Construções (desde 2016). Atuou como executivo nas áreas operacional, financeira e de desenvolvimento de negócios em subsidiárias dos grupos Andrade Gutierrez (1986-1999) e Vale (2001-2004), na Vesta Technologies (2000) e no IBGC (2005-2008). Foi conselheiro de administração do IBGC (2010-2014) e do Instituto Ethos (2013-2016). Sócio da JFLB, consultoria de negócios (desde 2005).

ANTONI ALMELA CASANOVA - 054.099.587-80

Nascido em Barcelona, Espanha, em 26.11.1957. CPF/MF nº 054.099.587-80. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politècnica da Catalunya. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

ALBERTO GONZALES SANTOS - 000.000.000-00

Engenheiro com especialização pelo Programa Advanced Management do ESADE, ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa em 1992. Em sua trajetória profissional ocupou diversos cargos de gestão como como Logística de GNL, Planejamento, Tarifas y controle de Gestão. Foi responsável pelas atividades de balanço energético do Grupo e ocupou o cargo de Country Manager na empresas do Grupo Argentina e na Colômbia.

BRUNO ARMBRUST - 676.200.607-82

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 06.02.1961. CPF/MF nº 676.200.607-82. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA - 551.773.957-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

CARLOS MIRAVENT PI - 000.000.000-00

Nascido em Barcelona em 11/10/1962, é administrador de empresas, com MBA em Empresarial pela Escola Superior de Administração e Direção de empresas de Barcelona ESADE. Ingressou no grupo em 1985, tendo ocupado diversos cargos nas áreas de Vendas, Estratégia comercial, Marketing e Regulação e Tarifas. Ocupou o cargos de diretor nas diretorias Comercial, Regulação e Tarifas, Gestão de Energia e Desenvolvimento de Projetos de Crescimento, todas para América Latina desde 2008, nas áreas de distribuição de gás e eletricidade. Integrou a Junta de Direção das sociedades distribuidoras de Argentina, Panamá y Puerto Rico. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestión de Ingressos Regulados Latinoamérica.

RENATA BEZERRA CAVALCANTI - 374.778.977-34

Nascida no Rio de Janeiro, em 10.05.1951. CPF 374 778 977-34. Formada em engenharia química em 1973, pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou na Petrobras por 25 anos, tendo atingido o último nível na carreira técnica dentro da empresa. Na carreira gerencial chefiou a Divisão de Engenharia de Produção, tendo sob sua responsabilidade a implantação dos projetos de plataformas de produção de petróleo da Bacia de Campos. Na BR distribuidora foi Assistente do Diretor de Mercado, e responsável pela área de novos negócios. Em 2007 juntou-se a equipe do Governo do Estado do Rio de Janeiro

como subsecretária de Energia, Industria e Logística, cargo que ocupou até dezembro de 2011, quando solicitou seu desligamento. Foi do conselho de Administração da Investierio, da Companhia de Desenvolvimento

Industrial do Estado e suplente no Conselho da Companhia Docas do Rio de Janeiro. É membro do Conselho de Energia da Firjan. Atualmente não ocupa cargo em conselhos de administração em outras sociedades

RENATO ACHUTTI - 334.651.420-04

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA - 028.532.207-96

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES - 046.227.237-00

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943. CPF/MF n.º 046.227.237-00. Formado em Contabilidade (1966) e Direito (1982) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de contabilidade da FEBRABAN e ASBACE, atuou no BANERJ, Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1994, tendo exercido cargos de auditor, superintendente de contabilidade entre outros, atuou também no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) como gerente de controle entre 1998 e 2001, além de desempenhar cargos de consultor e diretor de instituições financeiras, notadamente o Banco Clássico. Diretor do IBRACON e Professor Universitário da Faculdade Moraes Junior (Curso de contabilidade).

PAULO ANDRADE RODRIGUES - 093.083.427-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

RONALDO DIAS - 221.285.307-68

Nascido em 09.12.1946. CPF/MF nº 221.285.307-68. Eleito pelo acionista Fundo de Investimentos de Ações Dinâmica Energia. Contador formado pela Faculdade Moraes Júnior em 1976. Aposentado do Banco Central do Brasil, onde exerceu atividades de 1980 a 1998. Diretor de Administração e Finanças do RIOPREVIDÊNCIA em 2002. Ouvidor do Banco Clássico S.A. desde 2007.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhuma relação de parentesco entre os membros da Administração da Companhia ou membros do Conselho Fiscal nos parâmetros identificados no item 12.09 deste formulário de Referência.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Gas Natural Fenosa.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ 6.901,47 (Vigência 02/10/2015 a 02/10/2016)

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (xix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia Geral e Administração

12.12 Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo.

A Companhia não aderiu formalmente a nenhum código de boas práticas de governança corporativa.

A CEG visa atuar sempre em atendimento aos princípios de boa governança, quais sejam, o da transparência, equidade, franqueza, independência, integridade e responsabilidade. Embora não tenha aderido a nenhum código de autorregulação, possui conhecimento das disposições contidas no Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas, sendo associada da entidade desde 2010.

12.13 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia Geral e Administração

12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre assembléia geral e administração

A respeito do item 12.7 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês estatutários, comitês de auditoria, de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia

A respeito do item 12.9 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 12.10 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural Fenosa.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que fixada pela Assembléia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.

b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração; v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo acionista BNDESPAR não recebem remuneração por força de política interna do acionista.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do cumprimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o cumprimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o cumprimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos de atuação profissional, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem cumpridos pela empresa. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembléia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros			3,00	10,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,36	4.702.235,00
Benefícios direto e indireto			0,00	898.712,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	1.189.183,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	260.758,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	262.426,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº total de membros	12,00			10,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.040.016,28			4.702.235,00
Benefícios direto e indireto	0,00			898.712,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00

Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			1.189.183,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			260.758,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			262.426,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº total de membros		10,00		10,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		4.702.235,00		4.702.235,00
Benefícios direto e indireto		898.712,00		898.712,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		1.189.183,00		1.189.183,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		260.758,00		260.758,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		262.426,00		262.426,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações)		
Total da remuneração			234.936,36	7.313.314,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros			3,00	10,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,36	3.834.670,00
Benefícios direto e indireto			0,00	997.507,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	886.312,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	232.781,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00

Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº total de membros	12,00			10,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	939.745,44			3.834.670,00
Benefícios direto e indireto	0,00			997.507,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			886.312,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			232.781,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº total de membros		10,00		10,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.834.670,00		3.834.670,00
Benefícios direto e indireto		997.507,00		997.507,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		886.312,00		886.312,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		168.982,00		168.982,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		232.781,00		232.781,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações)		
Total da remuneração			234.936,36	6.120.252,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		10,00		10,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		6.908.038,00		939.745,44
Benefícios direto e indireto		990.135,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		894.394,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00

Comissões		0,00		0,00
Outros		165.637,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		217.553,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros			10,00	10,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,36	939.745,44
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00

Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº total de membros	10,00			10,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	939.745,44			939.745,44
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Total da remuneração		9.175.757,00		939.745,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00			10,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	297.489,22			6.607.012,00
Benefícios direto e indireto	0,00			934.884,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			692.335,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			205.414,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº total de membros			3,00	10,00
Nº de membros remunerados			0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			113.643,03	6.607.012,00
Benefícios direto e indireto			0,00	934.884,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	692.335,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00

Outros			0,00	156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	205.414,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº total de membros		10,00		10,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		6.607.012,00		6.607.012,00
Benefícios direto e indireto		934.884,00		934.884,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		692.335,00		692.335,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		156.395,00		156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		205.414,00		205.414,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00

Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração	297.489,22			8.596.040,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; e. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2016 (R\$)	2015 (R\$)	2014 (R\$)	2013 (R\$)
Número de membros	10	10	10	10
Número de membros remunerados	10	10	10	10
Bônus	1.449.941	1.055.294	1.060.031	848.729
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	97.877	84.000	78.111	42.389
Valor máximo previsto no plano de remuneração	333.060	291.334	272.526	152.424
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não há	Não há	Não Há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	260.758	168.982	165.637	156.395

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações; i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações; i. data de outorga; ii. quantidade de opções outorgadas; iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis; iv. prazo máximo para exercício das opções; v. prazo de restrição à transferência das ações; preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções; em aberto no início do exercício social; perdas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; e. valor justo das opções na data de cada outorga; f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b; número de membros; c; número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis; i. em relação às opções ainda não exercíveis; ii. data em que se tornarão exercíveis; iii. prazo de restrição à transferência das ações; iv. prazo de restrição à transferência das ações; v. preço médio ponderado de exercício; vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

Não há remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia, assim, não há opções em aberto a serem informadas.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Alguns Conselheiros de Administração ainda possuem pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao antigo disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Alguns Diretores mantem ações que foram adquiridas no momento da abertura do capital da Companhia, na fase da desestatização, tendo em vista que de acordo com o PED – Programa Estadual de Desestatização, em 1997, foi garantida aos empregados da Companhia a oportunidade de adquirir ações.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	114.000
Diretoria Executiva	236
Conselho Fiscal	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2015, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.800.051,02
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2015, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 211.473,81
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2015 foi de R\$ 262.426,58 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 9 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	10,00	10,00	10,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	10,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.039.677,00	1.839.968,00	1.822.286,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	305.178,00	326.084,00	373.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	470.233,00	780.243,00	779.869,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2015	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2014	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2013	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 10 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

Conselho Fiscal

31/12/2015	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2014	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2013	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam serviços de consultoria ou assessoria.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*					
Global Ano					
2011	2012	2013	2014	2015	2016**
168.032,05	178.954,13	189.405,06	200.598,89	211.792,23	236.210,51
* Total de 05 membros **Proposta					

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*					
Global Ano					
2011	2012	2013	2014	2015	2016**
235.244,87	250.535,79	265.167,08	280.838,45	298.811,52	330.694,71
* Total de 07 membros **Proposta					

13.16 - Outras informações relevantes

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a remuneração da administração

Não há outras informações relevantes a serem prestadas pelo emissor, além daquelas já informadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

14. Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade.

		Pessoas, Organização e Cultura					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2015	2014	2013	2015	2014	2013
Número de empregados	Diretivos (empregados)	113	108	100	113	108	100
	Administrativo	20	21	27	20	21	27
	Técnico	329	313	300	329	313	300
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	112	112	146	112	112	146
	Área Técnica	179	179	210	179	179	210
	Área Comercial/Serv. cliente	30	30	30	30	30	30
Índice de rotatividade	Empregados	11,75%	9,96%	14,25%	11,75%	9,96%	14,25%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		865	996	1.681	865	996	1.681

O número de terceirizados refere-se aos prestadores de serviços / terceirizados que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

Nos últimos 03 exercícios não houve alterações relevantes acerca do índice de rotatividade.

A redução, em 2015 frente ao ano anterior, da quantidade de ações trabalhistas (-131) movidas em face da empresa, frente ao ano anterior, demonstra o resultado positivo do conjunto de ações que têm sido implementadas pela Companhia, destacadas nos comentários apontados no item 5.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Mobilidade Interna – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional, conforme diretrizes e políticas estabelecidas anualmente.
- Grande Consumo e Soluções, Residencial, Pequenas e Médias Empresas e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais, conforme diretrizes e políticas estabelecidas anualmente.

b. Política de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 28 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar, possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Tem abrangência nacional, cobertura ampla e atendimento na rede credenciada ou livre escolha com reembolso.
3. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
4. Campanha de Vacinação: Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
5. Serviço de Ambulância Móvel: Serviço contratado pela empresa a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
6. Auxílio Excepcional: Pagamento mensal de valor estabelecido em Acordo Coletivo aos empregados(as) que possuírem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais; através da folha de pagamento, para realização de tratamento especializado.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

7. Seguro de Vida em Grupo: Benefício custeado integralmente pela empresa, com inclusão automática, que garante em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado assistência financeira aos seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
8. Auxílio Funeral: Reembolsa despesas diretamente vinculadas ao funeral, em caso de falecimento do(a) empregado(a) e seus dependentes: esposo(a), companheiro(a) habilitado na previdência social, filho(a)/enteado(a) comprovadamente reconhecido e menor de 21 anos, filho(a)/enteado(a) inválidos de qualquer idade e menores que estejam sob a guarda da responsabilidade do(a) empregado(a). O valor limite do reembolso é anualmente estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
9. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.
10. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
11. Gratificação de Natal: A empresa pagará aos empregados 1/12 de gratificação de natal por mês ou fração igual ou superior a quinze dias quando o auxílio-doença ou acidentário concedido pela Previdência for inferior à 6 meses, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
12. Licença Maternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã, a Licença Maternidade foi prorrogada em 60 dias, em acréscimo aos 4 meses já previstos em lei. Neste período, a remuneração será integral.
13. Licença Adoção: Licença especial para empregados que adotarem crianças recém-nascidas até que completem 120 dias de nascimento, garantido o mínimo de 30 dias.
14. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados às entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho e até o segundo ano de vida o valor é acrescido em 56%.
15. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com limite estabelecido em Acordo Coletivo. O procedimento encontra-se disponível para consulta de todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um Comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
 - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
 - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
 - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
 - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
 - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
16. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor são fixados no Acordo Coletivo de Trabalho.
17. Vale refeição / alimentação: Benefício concedido aos empregados para cobrir despesas com refeição. São fornecidos mensalmente créditos em cartão magnético, correspondente a 22 dias efetivos de trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O empregado pode optar pelo recebimento do crédito dividido entre cartão refeição e cartão alimentação. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribui mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.
18. Cartão Natal Vale Alimentação: Benefício anual concedido por meio de cartão magnético aos empregados para compra de gêneros alimentícios natalinos.
19. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

20. Empréstimo Emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, com o propósito de auxiliar financeiramente seu empregado e família em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada corresponde até duas remunerações e o desconto pode ser em até 24 meses, conforme definição em Acordo Coletivo de Trabalho.
21. Empréstimo para compra de Material Escolar: Empréstimo oferecido pela empresa nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando aquisição de material escolar dos empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada é definida em Acordo Coletivo de Trabalho e as parcelas são descontadas em folha de pagamento em até seis meses.
22. Empréstimo Consignado: Regulamentado pela Lei n.º 10.820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como por exemplo: cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados; com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao seu planejamento financeiro. O Banco Alfa é a instituição financeira atualmente contratada para viabilizar esses serviços.
23. PLR: Anualmente é discutido entre a empresa e o Sindicato representante dos empregados metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2014 contempla as seguintes metas:
- (a) lucro líquido;
 - (b) lucro operacional;
 - (c) acréscimo do nº anual de clientes;
 - (d) absenteísmo;
 - (e) construção de redes e
 - (f) índice de satisfação global dos clientes.
24. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado. O benefício será pago ao empregado a partir da data em que o mesmo completar 55 anos (aposentadoria antecipada) ou 60 anos (aposentadoria plena).
25. Jornada Reduzida: A empresa prevê em Acordo Coletivo de Trabalho a redução da jornada para 40 horas semanais a fim de permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional de seus empregados (a legislação estabelece a carga horária em 44 horas semanais).
26. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário em 60 minutos para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional; estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras.
27. Abonos por faltas ao Serviço: Conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho, são concedidos abonos nas seguintes situações:
- a. Assunto particular: 2 dias por ano (para pessoal de turno de revezamento);
 - b. Casamento: 5 dias úteis consecutivos, incluído o dia do casamento;
 - c. Falecimento de cônjuge, filhos e/ou enteados: 4 dias úteis consecutivos, incluído o dia do falecimento;
 - d. Internação de cônjuge, filhos, enteados e pais que vivem sob sua dependência: 2 dias no decorrer do ano;
 - e. Provas escolares: data da prova.
28. Colônia de Férias: Os empregados que usufruírem da colônia de férias, poderão obter adiantamento, os quais serão descontados em folha de pagamento em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, correspondentes às despesas com estadia.
- c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3. Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, s, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos lucros - PLR . As propostas são apresentadas em Assembleias dos Trabalhadores na sede do Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos e da área Financeira e por membros do Sindicato da classe.

A CEG foi privatizada em 1997, por meio do programa de desestatização do governo do estado do Rio de Janeiro, não sendo comum a realização de greves ou paralizações por iniciativa dos funcionários, fatos que não ocorreram nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre os recursos humanos da Companhia além daquelas já informadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gas Natural Distribución Latinoamerica S/A						
05.469.380/0001-21	Espanhola	Sim	Sim	30/11/2013		
Sim	BRUNO ARMBRUST		Física	676.200.607-82		
	140.632.546	54,164911%	0	0,000000%	140.632.546	54,164911%
OUTROS						
	118.992.980	45,830388%	0	0,000000%	118.992.980	45,830388%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	12.206	0,004701%	0	0,000000%	12.206	0,004701%
TOTAL						
	259.637.732	100,000000%	0	0,000000%	259.637.732	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural Distribución Latinoamerica S/A				05.469.380/0001-21		
Gas Natural SDG S/A						
05.469.385/0001-54	Espanhola	Não	Sim	30/11/2013		
Sim	BRUNO ARMBRUST		Física	676.200.607-82		
66.952.867	99,999999	0	0,000000	66.952.867	99,999999	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
La Propagadora Del Gas S/A						
Espanhola		Não	Não	30/11/2013		
Não						
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
66.952.868	100,000000	0	0,000000	66.952.868	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural SDG S/A				05.469.385/0001-54	
Criteria Caixa S.A.U					
Não		Sim	Sim	21/09/2016	
240.165.442	24,000000	0	0,000000	240.165.442	24,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GIP III Canary 1 S.A.R.L.					
Não		Sim	Sim	21/09/2016	
200.137.868	20,000000	0	0,000000	200.137.868	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
360.248.163	36,000000	0	0,000000	360.248.163	36,000000
Repsol S/A					
Não		Sim	Sim	21/09/2016	
200.137.868	20,000000	0	0,000000	200.137.868	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural SDG S/A				05.469.385/0001-54	
TOTAL					
1.000.689.341	100,000000	0	0,000000	1.000.689.341	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
La Propagadora Del Gas S/A						
Gas Natural Fenosa Internacional S/A						
		Não	Não	30/11/2013		
Não						
1	0,001923	0	0,000000	1	0,001923	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gas Natural SDG S/A						
	Espanhola	Não	Sim	30/11/2013		
Não						
51.999	99,998077	0	0,000000	51.999	99,998077	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
52.000	100,000000	0	0,000000	52.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural SDG S/A					
Mesmo quadro apontado para CEG					
		Não	Não	30/11/2013	
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Criteria Caixa S.A.U						
OUTROS						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GIP III Canary 1 S.A.R.L.						
OUTROS						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Repsol S/A						
OUTROS						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	62
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	6

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	454.352	46,840000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	454.352	0,017499%

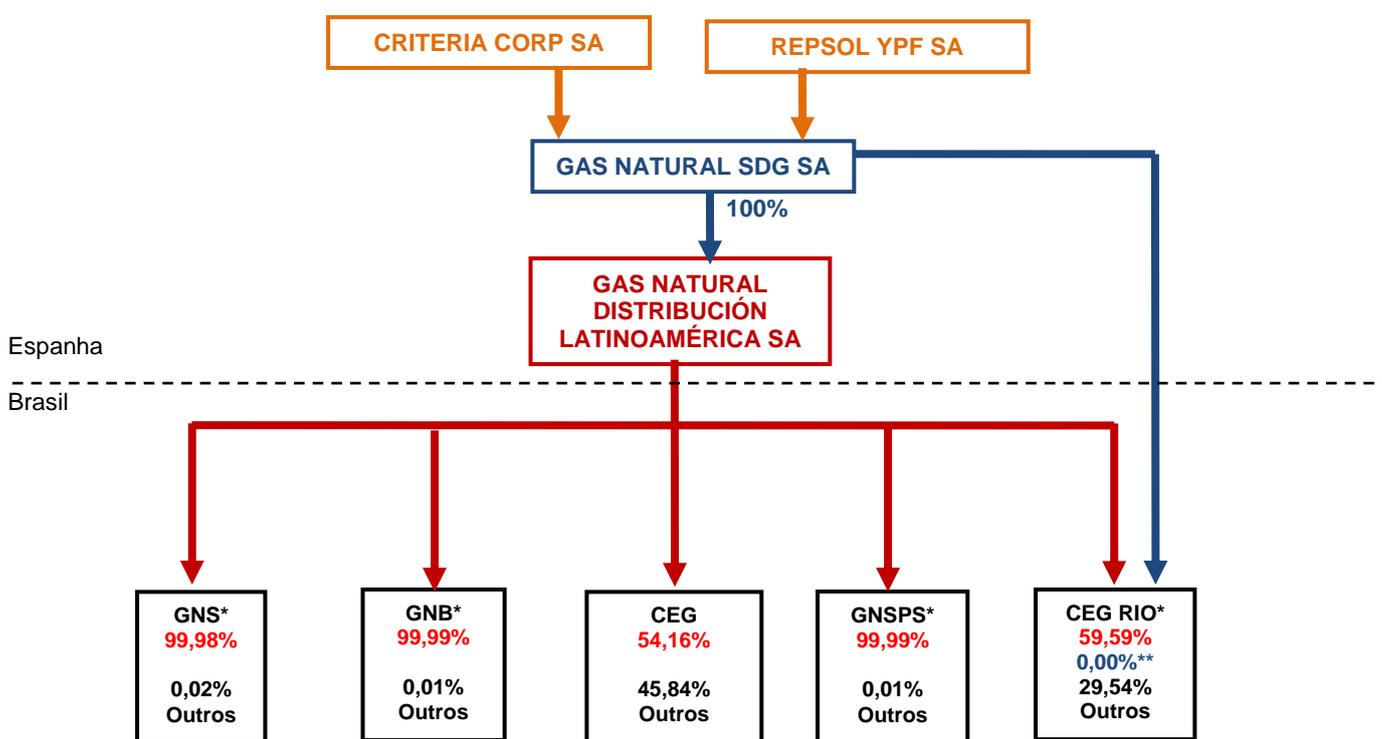
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

15. Controle e Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; b. principais controladas e coligadas do emissor; c. participações do emissor em sociedades do grupo; d. participações de sociedades do grupo no emissor; e. principais sociedades sob controle comum.

Destacando que a CEG não possui ações por ela controladas, não participa em outras sociedades, outras sociedades sobre controle comum não possuem nela participação, todas as ações da CEG são ordinárias (assim, não há distinção entre participação maior do que 5% de uma mesma classe ou espécie), é apontado abaixo o organograma do grupo.



*S/A de Capital Fechado. Empresas sob o mesmo controle de CEG

** A Gas Natural SDG SA possui 01 ação ordinária da CEG RIO S/A.

Informados os percentuais do Capital votante (ações ordinárias). Somente CEG RIO possui ações preferenciais, sem direito a voto.

OBS: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle e Grupo econômico

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,

GEC PARTICIPAÇÕES LTDA

GAS NATURAL SDG S/A

IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e

PLUSPETROL ENERGY S/A

com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

b. data de celebração

27 de abril de 2000.

c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício ao direito de voto. Não há comitês estatutários.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle e Grupo Econômico

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação; f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não houve operações societárias no grupo nos últimos três exercícios, não havendo alteração das participações acionárias ou do controle da Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle e Grupo Econômico

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o controle

A respeito do item 15.2 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representem o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações. Neste sentido, vale ressaltar que todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias, não havendo ações preferenciais ou de classes distintas.

Em 2016 foi realizado um grupamento de ações visando adequar e manter as cotações das ações por ela emitidas dentro dos valores mínimos estabelecidos pela BM&FBOVESPA, dando cumprimento ao disposto no item 5.2 (f) do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários ("Regulamento para Listagem"), sem alteração do valor do capital social.

Também em 2016 a acionista majoritária, controladora e operadora da CEG, Gas Natural Internacional SDG S/A, subsidiária integral da empresa Gas Natural SDG S/A (controladora do Grupo Gas Natural Fenosa na Espanha) teve alterada sua razão social passando a denominar-se Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

16.1. Transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CEG RIO S/A	02/01/2003	21.969,28	Cerca de R\$ 21.969,28 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural Informática S/A	01/01/2011	2.823.300,00	R\$ 564.600,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços de informática e outras avenças						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural SDG S/A	03/01/2005	1.440.000,00	R\$ 1.440.000,0 (anualmente) impactado por cotação euro.	Não é possível auferir	Até 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Reembolso de salários e encargos de expatriados						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio ou quando não houver mais expatriados auferindo salários pagos pela Companhia						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural Servicios Integrales S/A	28/01/2013	1.562.340,00	R\$937.404,00 (impactado por cotação euro)	Não é possível aferir	Até 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços - Centro Operativo Integrado Latam						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	83.411,00	Cerca de R\$ 16.682,00 (anualmente)	Não é possível aferir	04 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	148.949,00	Cerca de R\$ 59.579,72 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural SDG S/A	02/06/2004	750.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prorrogado por prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Utilização do portal internet e utilização serviços helpdesk						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2007	406.250,00	Cerca de R\$ 81.250 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviços de auditoria interna						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	41.425,00	Cerca de R\$ 13.808,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CEG RIO S/A	02/01/2003	864.904,00	Cerca de R\$ 864.904,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa e reembolso de despesas / custos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamento compensatório adequado**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****16.1. Transações com partes relacionadas**

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.

16.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

16. Informações financeiras selecionadas

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/04/2016	544.499.820,60	Totalmente Integralizado	259.637.744	0	259.637.744
Tipo de capital	Capital Emitido				
28/04/2015	442.829.673,00	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/04/2014	362.585.443,49	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2013	362.342.011,76		51.927.546.473	0	51.927.546.473

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	26/04/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2011	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2012	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2012	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2014	Assembleia Geral de Acionistas	30/04/2014	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/04/2015	Assembleia Geral de Acionistas	28/04/2015	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2016	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2016	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
27/04/2016	51.927.546.473	0	51.927.546.473	259.637.732	0	259.637.732

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

17. Capital Social

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o capital social

Não há outras informações relevantes sobre o capital social.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.
Outras características relevantes	A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação,	Art. 136 I a X Lei S/A

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, previstas no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.000	100,00	100,00	R\$ por Lote de Mil	100,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	242.072	105,11	80,10	R\$ por Lote de Mil	95,90
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.400	97,00	97,00	R\$ por Unidade	97,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	59.404	100,01	97,00	R\$ por Unidade	98,34

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	910	91,00	91,00	R\$ por Lote de Mil	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.810	360,00	130,00	R\$ por Lote de Mil	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.499	115,01	114,00	R\$ por Lote de Mil	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.676	108,00	108,00	R\$ por Lote de Mil	0,00

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	107.505	75,00	65,01	R\$ por Lote de Mil	0,00
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	68.800	85,00	85,00	R\$ por Lote de Mil	0,00
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.900	85,00	84,00	R\$ por Lote de Mil	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da BM&F Bovespa SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; i. se houver, banco depositário; j. se houver, instituição custodiante;

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da BM&F Bovespa SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não emite ou emitiu títulos no exterior no atual ou nos últimos três exercícios.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.9 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

Não houve ofertas públicas de aquisição nos critérios definidos neste item nos três exercícios sociais.

A CEG não possui ações por ela controladas e não é coligada de nenhuma outra companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados, b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários no atual exercício e nem os três últimos exercícios.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não ocorreu o fato descrito neste item no atual exercício e nem nos últimos três exercícios.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS
DO RIO DE JANEIRO-CEG

Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão
CEP 20.941-070 - Rio de Janeiro
RJ - Brasil

Tel.: (21) 3115-6565
www.ceg.com.br



18.12 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários

A Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais. Não foram feitas ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui plano de recompra de ações e nem plano ou política de remuneração baseada em ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	12.206	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	12.206	
Relação valores mobiliários em circulação	0,004700%	

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.441.148	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.441.148	
Relação valores mobiliários em circulação	0,004700%	

Exercício social 31/12/2013**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.441.148	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	2.441.148
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,004700%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria****19.3 Outras informações relevantes sobre planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.**

A Companhia **não** possui plano de recompra de ações e não houve movimentação de ações em tesouraria mediante aquisição, venda ou cancelamento nos últimos três exercícios sociais.

O quadro 19.2 deste Formulário de referência foi alterado em Maio de 2016 apenas para indicar o saldo atual (quantidade) das ações mantidas em tesouraria, após a conclusão de operação de grupamento da totalidade das ações da Companhia aprovado pela Assembleia de Acionistas realizada em 27/04/2016.

Desta forma, o saldo das ações mantidas em tesouraria que correspondia a 2.441.148 até o dia 27/04/2016, após a conclusão da operação de grupamento passou a corresponder a 12.206 ações ordinárias. A Companhia não possui ações preferenciais emitidas. As ações da Companhia foram grupadas na proporção de 200 (duzentas) ações para 01 (uma) ação da mesma espécie ("Fator de Grupamento"), sem modificação do valor do capital social. O grupamento foi operacionalizado e efetivado pela administração da Companhia, preservando-se todos os direitos e vantagens dos acionistas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa 358/2002 alterada pela Instrução Normativa 449/2007 da CVM.

20.2 - Outras informações relevantes**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****20. Política de negociação de valores mobiliários**

20.2 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

- a. data de aprovação;**
- b. pessoas vinculadas;**
- c. principais características;**
- d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos;**
- e. locais onde a política ode ser consultada;**

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração na forma do artigo 15 da Instrução 358/2002 alterada pela Instrução 449/2007.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento Interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores do mercado.

De acordo com o mesmo documento, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores também conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da Companhia, certificando-se de que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevante e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato relevante da Companhia foi comunicada ao mercado, por meio de envio à CVM através do antigo sistema IPE – Informações Periódicas e Eventuais em 17 de Julho de 2002, estando disponível no site da CVM e Bovespa para consulta pública. Além disso, está disponível para consulta também no site da Companhia, na área exclusivamente dedicada aos investidores da CEG, no link:

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/rio+de+janeiro/relacao+com+investidores+ceg/1297092081800/dados+gerais.html>

Os canais de divulgação utilizados para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes da CEG também são informados nesse mesmo link da área exclusivamente dedicada aos investidores da CEG na página da internet da Companhia, e tratam-se dos jornais de grande circulação onde as informações sobre a Companhia costumam ser divulgadas. São eles: o Jornal do Commercio, o jornal o Globo e o jornal Valor econômico. Além disso, os fatos relevantes da Companhia são também publicados em sua íntegra no link:

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/rio+de+janeiro/relacao+com+investidores+ceg/1297092081660/informacoes+societarias.html>

Os princípios adotados na Política de Divulgação da CEG são:

As Pessoas Vinculadas à Companhia deverão: (i) agir perante a Companhia e quaisquer terceiros, agentes ou não do mercado de capitais, com observância destas normas e dos princípios de lealdade, probidade e veracidade; (ii) sempre levar em consideração seu papel em relação à sociedade em geral, à Companhia e seus empregados, e aos órgãos reguladores; (iii) permitir o acesso de todos os investidores às informações referentes a Atos ou Fatos Relevantes, sendo-lhes vedada a sua utilização, por qualquer forma, em benefício próprio ou de terceiros; e (iv) garantir que a divulgação de informação sobre os negócios da Companhia ou de seus principais acionistas, se for o caso, seja feita de forma completa e oportuna, devendo abranger, ainda, a correta e precisa realidade do Ato ou Fato Relevante a ser divulgado.

Pessoas Vinculadas: em relação à Companhia, são, em conjunto ou individualmente, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do conselho de administração, diretores, membros do conselho fiscal e/ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Conforme política de divulgação adotada pela Companhia, são destacadas a seguir as regras concernentes aos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 358/02.

V. EXCEÇÃO À IMEDIATA DIVULGAÇÃO

5.1. Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

São responsáveis pela divulgação das informações da companhia e pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações o Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002 pelo Conselho de Administração da Companhia) e o Diretor Presidente (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto Social da Companhia)

21.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a política de divulgação de informações

Não há outras informações relevantes sobre a política de divulgação de informações da Companhia.